

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – UNACSA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JOSIMAR PACHECO TEIXEIRA**

**SIMPLES NACIONAL E SUAS ALTERAÇÕES COM A APROVAÇÃO  
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 2014, COM ÊNFASE  
EM UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**

**CRICIÚMA**

**2015**

**JOSIMAR PACHECO TEIXEIRA**

**SIMPLES NACIONAL E SUAS ALTERAÇÕES COM A APROVAÇÃO  
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 2014, COM ÊNFASE  
EM UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Do Extremo Sul Catarinense como  
um dos pré-requisitos para a obtenção do grau  
de bacharel em Ciências Contábeis.  
Orientador: Prof. Esp. Rafael Furlanetto

**CRICIÚMA**

**2015**

**JOSIMAR PACHECO TEIXEIRA**

**SIMPLES NACIONAL E SUAS ALTERAÇÕES COM A APROVAÇÃO  
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 2014, COM ÊNFASE  
EM UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Do Extremo Sul Catarinense como  
um dos pré-requisitos para a obtenção do grau  
de bacharel em Ciências Contábeis.

Criciúma, 02 de julho de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Esp. Rafael Mello Furlanetto  
Orientador

---

Prof. Esp. Roberta Martins  
Banca Examinadora

“Que os vossos esforços desafiem as  
impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes  
coisas do homem foram conquistadas do que  
parecia impossível.”

Charles Chaplin

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada e deu forças para conseguir finalizar essa etapa.

À minha família, em especial a meus pais Derço Formentim e Marlene Pacheco, pelo incentivo, apoio e carinho dedicados a mim. Devo a eles tudo o que sou hoje.

A todos os professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, em especial ao meu Orientador, Profº. Esp. Rafael Mello Furlanetto, por toda sua dedicação compreensão.

A todos meus amigos, que sempre estiveram juntos dando força e trocando ideais para a concretização deste estudo.

## RESUMO

TEIXEIRA, Josimar Pacheco. **Simples Nacional e suas alterações com a aprovação da Lei Complementar nº 147 de 2014, com ênfase em um escritório de advocacia**. 2015. 56 p. (até referências). Orientador(a): Prof. Esp. Rafael Mello Furlanetto. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

Os tributos representam uma parcela significativa nos gastos das empresas, agregados no valor final de seus produtos e serviços prestados, devido à alta carga tributária no Brasil. O Simples Nacional possibilitou as empresas, benefícios, reduzindo a carga tributária e proporcionando forma simplificada no recolhimento dos tributos, com alíquotas diferenciadas, auxiliando para que as empresas possam ter um melhor desempenho econômico. Previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Simples Nacional é aplicável somente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desempenham um papel fundamental para economia Brasileira e geração de empregos. A Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, alterou a Lei Complementar nº 123. A LC 147/2014 incluiu novas atividades que poderão optar pelo Simples Nacional a partir de janeiro de 2015. Segundo estimativas do Sebrae (2014) a ampliação do Simples Nacional deve alcançar mais de 450 mil empreendimentos. Dentre as novas atividades incluídas, estão os serviços advocatícios. Este estudo tem por síntese identificar e demonstrar os benefícios com as mudanças, ocorrido para esta atividade. Para atingir esse objetivo, inicialmente efetuou-se o embasamento teórico com ênfase no Simples Nacional e suas alterações com a Lei Complementar nº 147, e a aplicação dessas alterações num escritório de advocacia localizado em Criciúma, demonstrando os benefícios que obtiveram com a inclusão de sua atividade ao Simples Nacional.

**Palavras-chave:** Simples Nacional, Micro e Pequenas Empresas, Lei Complementar nº 147, Serviços Advocatícios.

## **LISTA DE QUADROS**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Quadro 1 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Comércio (Anexo I) .....</b>   | <b>35</b> |
| <b>Quadro 2 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Indústria (Anexo II) .....</b> | <b>36</b> |
| <b>Quadro 3 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Serviço I (Anexo III).....</b> | <b>37</b> |
| <b>Quadro 4 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo IV) ....</b>   | <b>39</b> |
| <b>Quadro 5 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo V) .....</b>   | <b>40</b> |
| <b>Quadro 6 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo VI) ....</b>   | <b>42</b> |

## **LISTA DE TABELAS**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Tabela 1 - Apuração de IRPJ e CSLL no 1º Trimestre 2014.....</b>              | <b>45</b> |
| <b>Tabela 2 - Apuração de IRPJ e CSLL no 2º Trimestre 2014.....</b>              | <b>45</b> |
| <b>Tabela 3 - Apuração de IRPJ e CSLL no 3º Trimestre 2014.....</b>              | <b>46</b> |
| <b>Tabela 4 - Apuração de IRPJ e CSLL no 4º Trimestre 2014.....</b>              | <b>46</b> |
| <b>Tabela 5 - Apuração de PIS/PASEP e COFINS no 1º semestre 2014.....</b>        | <b>48</b> |
| <b>Tabela 6 - Apuração de PIS/PASEP e COFINS no 2º semestre 2014.....</b>        | <b>48</b> |
| <b>Tabela 7 – Cálculo INSS Patronal ano e outras entidades 2014.....</b>         | <b>50</b> |
| <b>Tabela 8 – Cálculo ISSQN Sobre Serviços Prestado no ano de 2014.....</b>      | <b>51</b> |
| <b>Tabela 9 – Simulação cálculo DAS – Serviços Prestado no ano de 2014. ....</b> | <b>52</b> |
| <b>Tabela 10 – Simulação Cálculo INSS 2014 - Simples Nacional .....</b>          | <b>52</b> |
| <b>Tabela 11 – Comparativo Lucro Presumido x Simples Nacional .....</b>          | <b>53</b> |



## **LISTA DE SIGLAS**

CF/88 – Constituição da República Federativa Do Brasil

CTN – Código Tributário Nacional

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional

CPP – Contribuição Patronal Previdenciária

DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional

EPP – Empresa de Pequeno Porte

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

ME – Micro Empresa

PIS/PASEP – Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público

RAT – Risco Acidente de Trabalho

RFB – Receita Federal do Brasil

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>   | <b>11</b> |
| 1.1 Tema e problema  | 11        |
| 1.2. Objetivos   | 12        |
| 1.2.1 Objetivo Principal   | 12        |
| 1.2.2 Objetivos Específicos  | 12        |
| 1.3. Justificativa   | 13        |
| 1.4 Metodologia da Pesquisa  | 14        |
| <b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>  | <b>16</b> |
| 2.1 Tributos   | 16        |
| 2.1.2 Tributos Não Vinculados  | 17        |
| 2.1.3 Impostos   | 17        |
| 2.1.4 Taxas  | 18        |
| 2.1.5 Contribuição De Melhoria   | 18        |
| 2.1.6 Contribuições Sociais  | 18        |
| 2.1.7 Empréstimo Compulsório   | 19        |
| 2.2 Regimes Tributários Federais   | 19        |
| 2.2.1 Lucro Presumido  | 20        |
| 2.2.2 Lucro Arbitrado  | 22        |
| 2.2.3 Lucro Real   | 23        |
| 2.2.3.1 Exclusões  | 25        |
| 2.2.3.2 Adições  | 25        |
| 2.3 Micro e Pequenas Empresas no Brasil – MPE                              | 25        |
| 2.4 Simples Nacional   | 27        |
| 2.4.1 Benefícios Do Simples Nacional                                       | 27        |
| 2.4.2 Opção Pelo Regime Tributário Do Simples Nacional                     | 28        |
| 2.4.3 Vedações   | 29        |
| 2.4.4 Não Beneficiadas Para Efeitos Legais – Tributários e Não Tributários | 30        |
| 2.4.5 Não Beneficiadas Para Fins Tributários                               | 30        |
| 2.4.6 Exceções às Vedações Para Fins Tributários                           | 31        |
| 2.4.7 Tributos Abrangidos  | 32        |
| 2.4.8 Tributos Não Abrangidos  | 33        |
| 2.4.9 Cálculo  | 34        |
| 2.4.9.1. Comércio  | 35        |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>2.4.9.2 Indústria .....</b>   | <b>36</b> |
| <b>2.4.9.3 Serviço I .....</b>   | <b>37</b> |
| <b>2.4.9.4 Serviço II .....</b>  | <b>38</b> |
| <b>2.4.9.5 Serviço III .....</b>   | <b>39</b> |
| <b>2.5 Lei Complementar 147/2014 .....</b>   | <b>41</b> |
| <b>2.5.1 Alterações No Simples Nacional .....</b>  | <b>41</b> |
| <b>3 ESTUDO DE CASO .....</b>  | <b>44</b> |
| <b>3.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre<br/>Lucro Líquido - CSLL .....</b>    | <b>44</b> |
| <b>3.2 PIS/PASEP e COFINS – Cumulativo.....</b>  | <b>47</b> |
| <b>3.2 INSS Patronal e Terceiros.....</b>  | <b>48</b> |
| <b>3.5 Simulação do cálculo DAS sobre serviços prestados em 2014 pelo<br/>escritório XX Advogados LTDA .....</b> | <b>51</b> |
| <b>3.6 Comparativo Simples Nacional x Lucro Presumido .....</b>  | <b>53</b> |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>54</b> |
| <b>5 REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>56</b> |

## **1. INTRODUÇÃO**

O Simples Nacional é uma forma de tributação que permite o recolhimento dos tributos e contribuições devidas pelo contribuinte de forma centralizada, em uma única guia. Instituído pela Lei Complementar nº. 123 aprovada em 14 de dezembro de 2006 é aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

O papel que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desempenham no país é fundamental para economia e geração de empregos. Micro e pequenas empresas são responsáveis por boa parte da geração de postos de trabalho no Brasil.

Em agosto de 2014, a Lei Complementar nº 147, sancionada pela presidente da República Dilma Rousseff ampliou as atividades que podem optar pelo regime tributário do Simples Nacional.

No presente trabalho serão analisadas as alterações ocorridas com a implantação da Lei Complementar nº 147 ao Simples Nacional, informando às atividades que foram incluídas nesse sistema tributário.

No decorrer do trabalho, serão apresentados os objetivos do projeto de pesquisa, a justificativa evidenciando a importância do estudo sobre o assunto, logo após um breve embasamento teórico sobre o tema fundamental para o conhecimento do assunto tratado. Será apresentada também a metodologia utilizada para coleta e análise das informações juntamente com um estudo de caso em um escritório de advocacia da região.

### **1.1 Tema e problema**

Devido à alta carga tributária no país, os tributos representam uma parcela significativa nos gastos das empresas, agregados no valor final dos produtos e serviços prestados. Com a globalização econômica, o planejamento tributário tornou-se questão de sobrevivência empresarial, procurando formas lícitas para redução de alíquota e evitar a incidência dos tributos.

Simples Nacional é um regime de arrecadação de tributos, onde os tributos e contribuições são arrecadados pela DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional, incluindo em guia única o recolhimento dos impostos sobre faturamento e

a contribuição Patronal da Previdência Social. Previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é aplicável somente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

O Simples Nacional, possibilitou as empresas benefícios, com a redução da carga tributária, proporcionando forma simplificada na apuração e recolhimento dos tributos com alíquotas menos onerosas em boa parte dos casos para que as empresas possam ter um melhor desempenho econômico.

A presidente da República Dilma Rousseff sancionou em agosto de 2014, a Lei Complementar nº 147, que ampliou as atividades que podem optar pelo regime tributário do Simples Nacional. As alterações incluíram o setor de serviços e permitiram a possibilidade das indústrias e comércio atacadista de refrigerantes a optar pelo Simples Nacional.

O problema a ser analisado na pesquisa, é identificar: quais as principais alterações ocorridas com a aprovação da Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014? Quais os contribuintes foram beneficiados com essas alterações? Entre as alterações que a Lei Complementar nº 147 trouxe a Lei Complementar nº 123 de 2006, podem-se destacar a inclusão de novas atividades e serviços com possibilidade de optar pelo Simples Nacional.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Principal**

A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar as principais mudanças ocorridas com a aprovação da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 alterando a Lei Complementar nº 123, de 2006 que dispõe sobre o Simples Nacional.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

A partir do objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – Simples Nacional;
- Demonstrar os benefícios oferecido pelo Simples Nacional às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- Identificar as alterações ocorridas com a aprovação da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014;
- Elaborar e analisar um estudo de caso num escritório de advocacia da região de Criciúma, demonstrando os benefícios que obtiveram com a inclusão de sua atividade ao Simples Nacional.

### **1.3. Justificativa**

A partir de 2015, após a presidente Dilma Rousseff ter sancionado a Lei Complementar 147/2014 em agosto 2014, o acesso ao Simples Nacional estará disponível a novos setores.

O Simples Nacional beneficia milhares de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no país, devido sua carga tributária mais acessível comparando-as com outros regimes tributários (lucro real, presumido e arbitrado), além de possuir menos obrigações acessórias.

Devido à alta carga tributária no país, os responsáveis pelo setor fiscal das empresas devem analisar os regimes tributários, visando optar principalmente pelo que minimizar a carga tributária, de forma lícita, refletindo nos custos e consequentemente nos resultados das empresas. Na competitividade enfrentada pelo atual mercado globalizado, torna-se um conhecimento indispensável para um bom desempenho das organizações.

Portanto, com as novas atividades que estarão disponíveis ao Simples Nacional a partir de 2015, as empresas devem analisar se estão enquadradas para poder optar por esse regime tributário, e analisar se é vantajoso. A ampliação do Simples Nacional deve alcançar milhares de empreendimentos, e os profissionais contábeis devem estar preparados para auxiliar os empresários.

Segundo estimativas do Sebrae (2014) a ampliação do Simples Nacional deve alcançar mais de 450 mil empreendimentos. A opção de empresas dos novos setores poderá ser realizada a partir de janeiro de 2015.

Sendo assim, considerando o grande número de empresas que se beneficiam do Simples Nacional, e com a implantação da Lei Complementar nº 147, onde outros empreendimentos poderão optar por esse regime tributário, considera-se de suma importância o estudo sobre as alterações vindas com a Lei Complementar em questão, destacando as novas atividades incluídas no regime tributário, e demonstrando as novas alíquotas, onde os empresários devem se atentar, pois em alguns casos a carga tributária no Simples Nacional pode não ser vantajosa em comparação com os demais regimes tributários.

#### **1.4 Metodologia da Pesquisa**

No presente capítulo será apresentado o método de pesquisa aplicado para o problema em questão, demonstrando os processos utilizados para a coleta e análise das informações relacionadas a pesquisa.

Em relação aos quesitos dos objetivos, o estudo é caracterizado como exploratório devido o tema abordado ser recente e com poucos materiais relacionados para pesquisa, pois refere-se Lei Complementar nº 147 deferida em agosto 2014, lei que trouxe alterações para o regime tributário do Simples Nacional, e por ser diferida recentemente possui poucos referenciais bibliográficos.

Segundo Mattar (1999), pode ser considerado como pesquisa exploratória quando não se conhece muito sobre o assunto, tendo como características principais a flexibilidade, a criatividade e a informalidade. Por meio dela procura-se obter o primeiro contato com a situação a ser pesquisadas.

Quanto ao procedimento, para elaboração da pesquisa será bibliográfico, onde no projeto será descrito as alterações relevantes implantadas com a Lei Complementar nº 147 a partir de referenciais teóricos publicados por autores sobre o Simples Nacional.

Pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1991) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

No que se refere à análise dos dados utiliza-se abordagem qualitativa, destacando e analisado os pontos relevantes referentes as alterações no Regime Tributário Simples Nacional com a Lei Complementar nº 147.

Para Richardson (1999), os estudos que usam esta metodologia podem descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos vividos por grupos sociais.

Também serão abordados exemplos práticos de cálculos que servirão para análise, durante o estudo de caso, da apuração do Simples Nacional devido, no pelo escritório advocatício, objeto do estudo.

A pesquisa tem por finalidade evidenciar a importância do planejamento tributário, de acordo com o referencial teórico coletado, para que seja possível atingir os objetivos definidos.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo serão apresentados os conceitos relevantes referentes aos tributos e regimes tributários vigentes no país, as características importantes para compreender o funcionamento do Simples Nacional e identificar os impactos com as alterações incorridas após a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

### 2.1 Tributos

De acordo com o art. 3º do Código Tributário Nacional – CTN, "tributo é toda prestação pecuniária compulsória, paga em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

Segundo Nogueira (1995, p. 155) "tributos são as receitas derivadas que o Estado recolhe do patrimônio dos indivíduos, baseados no seu poder fiscal, mas disciplinando por normas de direito público que constituem o Direito Tributário."

A Constituição Federal, em seu art. 145 estabelece como tributos os impostos, taxas e contribuições de melhorias.

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – Impostos;

II – Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestado ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) acresceu a eles duas subdivisões: o empréstimo compulsório no artigo 148 da CF/88 e as contribuições constantes do artigo 149 e 149-A, onde se incluem as Contribuições Sociais, as Contribuições Previdenciárias, as Contribuições da Intervenção no Domínio Econômico e as contribuições de interesse das categorias profissionais.

Esses recursos são obtidos por meio do pagamento dos tributos pelas pessoas físicas e jurídicas, e são transformados em bens e serviços tais como: educação, saúde, segurança, infraestrutura, dentre outros.

Segundo Brito (2004, p.402), "os tributos classificam-se em duas espécies: tributos não vinculados e tributos vinculados."

### **2.1.1 Tributos Vinculados**

Os Tributos são classificados como vinculados quando sua arrecadação é destinada para um fim específico, como a taxa para prestação de um serviço e contribuição de melhoria para a construção de uma obra pública.

### **2.1.2 Tributos Não Vinculados**

Os tributos não vinculados são aqueles que têm por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

### **2.1.3 Impostos**

O art. 16 do Código Tributário Nacional define imposto como, "o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte". Sendo assim, o valor é arrecadado pelo Estado e é utilizado para custear os gastos públicos, sem a obrigatoriedade de retribuição direta àquele que paga.

Um engano corriqueiro, a título exemplificado, é imaginar que as receita arrecadada com o IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores) deve, obrigatoriamente, ser destinada à conservação do asfalto e das vias públicas. Juridicamente não existe tal obrigação, podendo tal valor, segundo as regras tributárias, ser destinado para escolas, hospitais, dentre outros seguimentos e não necessariamente para a conservação do asfalto. Isto porque o imposto é um tributo não vinculado, aplicando-se o mesmo raciocínio para os demais impostos. (KFOURI, 2010, p. 70)

Segundo Fabretti (2003 p.116) imposto “é aquele que, uma vez instituído por lei, é devido, independentemente de qualquer atividade estatal em relação ao contribuinte. Portanto, não está vinculada a nenhuma prestação específica do Estado ao sujeito passivo”.

Os impostos incidem sobre a renda e patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, e cabe ao governo definir o destino dos valores arrecadados, com a aprovação do legislativo, através do orçamento.

#### **2.1.4 Taxas**

Prevista no art. 145, alínea II da Constituição Federal – CF, a cobrança de taxas “tem por fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição”.

As taxas, ao contrário dos impostos, é um tributo vinculado à determinada prestação estatal, tendo sua arrecadação destinada ao custeio de serviços prestados pelo estado, por exemplo, a taxa de coleta de lixo.

#### **2.1.5 Contribuição De Melhoria**

Segundo art. 145, alínea III da Constituição Federal, contribuições de melhoria é o “tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que representa um benefício especial auferido pelo contribuinte. Seu fim se destina às necessidades do serviço ou à atividade estatal”.

As contribuições de melhoria estão disciplinadas no art. 81 do Código Tributário Nacional.

Art. 81 CTB. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao curso de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

A contribuição de melhoria pode ser instituída por quaisquer dos entes tributários, quando comprovados, que será elaborado obras publicas que dá sustentação ao fato gerador do período.

#### **2.1.6 Contribuições Sociais**

Conforme Art. 195 da CF/88, “a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta ou indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Segundo Kfoury (2010), nas contribuições, todo o contribuinte se beneficia, muito embora nem todos se beneficiem com a mesma proporção. As contribuições são vinculadas, ou seja, depende de uma atividade estatal, uma contraprestação ao cidadão.

As contribuições sociais visam custear as despesas com a seguridade social. Os contribuintes são o empregador e equiparado, o empregado, o trabalhador autônomo, e demais conforme previsto na legislação.

### **2.1.7 Empréstimo Compulsório**

Conforme estabelecido pela Constituição Federal somente a União, em casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.

Conforme a Emenda Constitucional nº. 18, de 1º de dezembro de 1965:

Art. 15. Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios:

I – Guerra externa, ou sua iminência;

II – Calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com recursos orçamentários disponíveis;

III – Conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

A Constituição Federal permite a União à instituição de empréstimos compulsórios pela em dois casos específicos:

I - despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública e de guerra externa efetiva ou eminente (art. 148 inciso I da CF);

II - investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional, observado o princípio da anterioridade (art. 148 inciso II da CF).

## **2.2 Regimes Tributários Federais**

Neste tópico será apresentado uma breve introdução dos regimes tributários federais: Lucro Presumido; Lucro Arbitrado e Lucro Real, o Simples Nacional será apresentado posteriormente em outro tópico com mas aprofundamento por se tratar do objetivo principal da pesquisa.

Segundo Young “torna-se essencial analisar as formas de tributação existentes e tentar adapta-las aos dados da empresa para avaliar qual o melhor mecanismo tributário e mais benéfico.” (2008, p.15)

### **2.2.1 Lucro Presumido**

A Receita Federal do Brasil estabelece o regime tributário pelo lucro presumido, como uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido devido pelas pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração pelo lucro real. O imposto de renda é devido trimestralmente, podendo ser pago em cota única ou dividido em três quotas.

A apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL pelo lucro presumido são determinadas mediante a aplicação, sobre a receita bruta de vendas ou prestação de serviços, de cada trimestre civil, de determinados percentuais determinados pela legislação, fixados conforme a atividade da pessoa jurídica.

Conforme Higuchi (2005, p. 42), os percentuais aplicados sobre a receita bruta para base do IRPJ, são:

- 8% na venda de mercadorias e produtos, na prestação de serviços de transporte de cargas, e na venda de imóveis das empresas com esse objeto social (art.3º, § 7º, da IN nº 93/97);
- 1,6% na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;
- 16% na prestação de serviços de transportes, exceto de cargas, na prestação de serviços em geral das pessoas jurídicas com receita bruta anual de até R\$ 120.000,00, exceto serviços hospitalares, de transportes e de profissões regulamentadas (art. 40 da Lei nº 9.250/95);
- 32% na prestação de demais serviços, exceto a de serviços hospitalares. Conforme o art. 25 da Lei nº 9.430/96, o resultado obtido após a aplicação do percentual sobre a receita bruta deve ser acrescido de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital.

Conforme artigo 22 da Lei 10.684/2003, a base de cálculo da CSLL, devida pelas pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido corresponderá a:

- 12% da receita bruta nas atividades comerciais, industriais, serviços hospitalares e de transporte;
- 32% para:
  - a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de transporte;

- b) intermediação de negócios;
- c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.

Segundo Jardim (2000) o lucro presumido é uma modalidade para determinar o IRPJ e CSLL sobre as vendas, susceptível de opção de parte de pessoas jurídicas num patamar de receita anual e que não estejam obrigadas a apura-los por meio do lucro real.

O lucro presumido conforme Fabretti (2003, p. 224) tem a finalidade de facilitar o pagamento do IRPJ e CSLL, sem ter que recorrer à complexa apuração do lucro real que pressupõe contabilidade eficaz, ou seja, capaz de apurar o resultado antes do último dia do mês subsequente ao encerramento do trimestre.

Conforme art. 14 da Lei nº 9.718/98, alterada pela Lei nº 12.814/2013, estão impedidas de optar pela tributação com base no Lucro Presumido a partir do ano calendário de 2003 as pessoas jurídicas enquadradas em alguma das seguintes situações:

- “I) cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses
- II) cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- III) que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV) que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam os benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do Imposto de Renda (calculados com base no lucro da exploração);
- V) que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal do Imposto de Renda pelo regime de estimativa;
- VI) que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).
- VII) que exerceram atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, caso exista empreendimento para o qual haja registro de custo orçado.”

Segundo Rodrigues (2009, p.327) o lucro presumido “é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e

da CSLL (devidos trimestralmente) das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real”.

Além da CSLL e IRPJ, outros impostos são devidos pelas empresas optantes pelo Lucro Presumido, dentre os quais, os principais são:

- I. PISPASEP – Programa de Integração Social
- II. COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- III. ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e Comunicação.
- IV. INSS – Previdência Social
- V. IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
- VI. ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

Em termos gerais, esse regime tributário trata-se de um lucro fixado a partir de percentuais padrões estabelecidos pela receita federal conforme a atividade da empresa aplicada sobre a Receita Bruta, podendo ser deduzidas as vendas canceladas, os descontos incondicionalmente concedidos, Imposto Produto Industrializado – IPI e ICMS Substituição Tributária. Devendo ser adicionado integralmente na base de cálculo as receitas não operacionais (receitas financeiras, descontos obtidos, ganho de capital,...)

### **2.2.2 Lucro Arbitrado**

A Receita Federal do Brasil estabelece o arbitramento de lucro como uma forma de apuração da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social utilizada pela autoridade tributária ou pelo contribuinte.

Conforme o RIR/99 artigo 530, o imposto de renda é devido com base nos critérios do lucro arbitrado quando (RIR/99 artigo 530):

- I) a escrituração a que estiver obrigado o contribuinte revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para:
  - a. identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária; ou
  - b. determinar o lucro real;
- II) o contribuinte deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal, ou deixar de apresentar o Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a movimentação financeira, inclusive bancária, quando optar pelo lucro presumido e não mantiver escrituração contábil regular;
- III) o contribuinte optar indevidamente pelo lucro presumido;

- IV) o comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade separadamente do lucro do comitente, residente ou domiciliado no exterior;
- V) o contribuinte não mantiver, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, Livro Razão ou fichas utilizadas para resumir, totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário;
- VI) o contribuinte não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais, ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal, nos casos em que o mesmo se encontre obrigado ao lucro real.

A tributação pelo Lucro arbitrado “não deve ser encarado como modalidade optativa ou favorecida de tributação, pois representa coercitivamente a determinação do lucro e do imposto, para contribuintes que descumprirem as disposições legais relativas ao lucro real e ao lucro presumido.” (BERNARDES; PEREIRA e NEVES; 2000, p. 11)

Conforme Oliveira (2004, p.176):

“O lucro arbitrado é utilizado pela autoridade tributária para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social devidos pelo contribuinte, quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as obrigações acessórias relativas à determinação do lucro real ou presumido ou se recusar a fornecer os livros e documentos contábeis e fiscais solicitados em um processo de fiscalização.”

Sendo assim, é aplicável pela autoridade tributária quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as obrigações acessórias, ou pelo contribuinte quando não conseguir comprovar as informações essenciais à determinação do lucro real ou presumido.

### **2.2.3 Lucro Real**

De acordo com o art. 247 do RIR/99, lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal estabelecida pela Receita Federal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das leis comerciais. A expressão lucro real significa o próprio lucro tributável, para fins da legislação do imposto de renda, distinto do lucro líquido apurado contabilmente.



Segundo Rodrigues (2009, p.33) “Lucro Real é a forma completa de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido direcionado a todas as pessoas jurídicas quer por obrigatoriedade prevista na legislação vigente quer por livre opção”.

Conforme o artigo 249 do RIR/99 o lucro real será determinado a partir do lucro líquido do período de apuração obtido na escrituração comercial antes da provisão para o imposto de renda, observando-se que:

I - Serão adicionados ao lucro líquido:

a. os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real (exemplo: resultados negativos de equivalência patrimonial, custos e despesas não dedutíveis);

b. os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, devam ser computados na determinação do lucro real (exemplo: ajustes decorrentes da aplicação dos métodos dos preços de transferência, lucros auferidos por controladas e coligadas domiciliadas no exterior);

II - Poderão ser excluídos do lucro líquido (RIR/1999, art. 250):

a. os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação tributária e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração (exemplo: depreciação acelerada incentivada);

b. os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam computados no lucro real (exemplo: resultados positivos de equivalência patrimonial, dividendos);

III - Poderão ser compensados, total ou parcialmente, à opção do contribuinte, os prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores, desde que observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. O prejuízo compensável é o apurado na demonstração do lucro real de períodos anteriores e registrado no Lalur (parte B) (Lei n.º 8.981, de 1995, art. 42).

Conforme Chaves (2010, p. 4) o lucro real é o resultado contábil (receitas menos os custos e despesas), ajustado pelas adições e exclusões. Quando analisado somente o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro, na maioria dos casos é a melhor opção, porque a empresa somente paga os referidos tributos quando obtém lucro.

Nesta forma de tributação, o imposto de renda e contribuição social pode ser recolhido mensalmente pelo lucro real anual, ou pode ser apurado e recolhido trimestralmente pelo lucro real trimestral.

### **2.2.3.1 Exclusões**

Segundo Pinto (2007, p.151) para determinação do lucro real, poderão ser excluídos do lucro líquido:

- I. Os valores cuja dedução seja autorizada pelo Regulamento do Imposto de Renda e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido contábil do período-base;
- II. Os resultados, rendimentos, receitas ou quaisquer outros valores incluídos na apuração que, de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, não sejam computados no lucro real;
- III. Prejuízos fiscais apurados em períodos-base anteriores, nas condições definidas na legislação.

### **2.2.3.2 Adições**

Segundo Pinto (2007, p.150), para apuração do lucro real, serão adicionados ao lucro líquido:

- I. Os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido, que, de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real;
- II. Os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, devam ser computados na determinação do lucro real.

## **2.3 Micro e Pequenas Empresas no Brasil – MPE**

A Microempresa é um benefício criado pelo governo federal, iniciado em 1979 com o intuito de desburocratizar e agilizar o funcionamento das pequenas empresas no país.

A Lei Complementar nº 123/06, conhecida como a Lei Geral da ME e EPP, instituiu o novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Micro e Pequenas Empresas - MPE no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

A Lei Complementar 123/06 “estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensados às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, no que se refere:

- I – à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II – ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III – ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Conforme o Inciso I do art. 3º da referida Lei Complementar considera-se receita bruta, para fins do disposto deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

A Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, e seu art. 3º estabelece os limites para faturamento das ME e EPP:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
- II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

As pessoas jurídicas que iniciam suas atividades no próprio ano-calendário da opção, os limites para a EPP e para a ME serão proporcionais ao número de meses compreendidos entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerados as frações de meses como um mês inteiro.

## 2.4 Simples Nacional

O Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, é o regime de tributação que pode ser optado pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Podem optar pelo Simples Nacional as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não incorram em nenhuma das vedações previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

- I – à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II – ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III – ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Segundo Young (2008, p.15) “o Simples é uma forma de tributação que podemos considerar como progressiva, ou seja, à medida do aumento do faturamento, muda-se a alíquota de tributação.”

A Receita Federal estabeleceu tabelas com alíquotas de acordo com a atividade da empresa, sendo: Comércio; Indústria e Serviços. Conforme a empresa vai aumentando seu faturamento acumulado nos seus doze últimos meses, as alíquotas para apuração dos tributos a ser recolhidos no período vão crescendo gradativamente.

### 2.4.1 Benefícios Do Simples Nacional

A Lei Complementar 123/2006 estabeleceu os benefícios para as empresas optantes pelo Simples Nacional, dentre eles, pode-se destacar:

- I. Criação do Simples Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte);

- II. Desburocratização nos procedimentos de abertura e fechamento das empresas;
- III. Concessão de tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos processos e licitações públicas;
- IV. Simplificação das relações de trabalho;
- V. Possibilidade de realização de negócios de compra e venda de bens e serviços por meio de consórcio constituído, exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte;
- VI. Estímulo ao crédito e à capitalização.

#### **2.4.2 Opção Pelo Regime Tributário Do Simples Nacional**

A opção pelo Simples Nacional deverá ser solicitada pelo contribuinte até o último dia do mês de janeiro, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção.

Conforme artigo 16 da LC nº. 123/2006, a opção pelo Simples Nacional como forma de tributação, será irretratável para todo o ano-calendário.

[...] na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irretratável para todo o ano-calendário.

§ 1º Para efeito de enquadramento no Simples Nacional, considerar-se-á microempresa ou empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta no ano-calendário anterior ao da opção esteja compreendida dentro dos limites previstos no art. 3º desta Lei Complementar.

No momento da opção, o contribuinte deverá prestar declaração quanto ao não enquadramento nas vedações previstas no artigo 12 da Resolução nº 4 de 30 de maio de 2007, onde:

Art. 7º A opção pelo Simples Nacional dar-se-á por meio da internet, sendo irretratável para todo o ano-calendário.

§ 1º A opção de que trata o caput deverá ser realizada no mês de janeiro, até seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo e observado o disposto no § 3º do art. 21.  
§ 1º-A Enquanto não vencido o prazo para solicitação da opção o contribuinte poderá:

I - regularizar eventuais pendências impeditivas ao ingresso no Simples Nacional, sujeitando-se ao indeferimento da opção caso não as regularize até o término desse prazo;

II - efetuar o cancelamento da solicitação de opção, salvo se o pedido já houver sido deferido.

§ 1º-B O disposto no § 1º-A não se aplica às empresas em início de atividade.

§ 1º-C Para os fins do disposto no inciso I do § 1º-A deste artigo, a ausência ou irregularidade na inscrição municipal ou estadual, quando exigível, também é considerada como pendência impeditiva à opção pelo Simples Nacional.

§ 2º No momento da opção, o contribuinte deverá prestar declaração quanto ao não-enquadramento nas vedações previstas no art. 12, independentemente da verificação efetuada conforme disposto no art. 9º.

§ 3º - No caso de início de atividade da ME ou EPP no ano-calendário da opção, deverá ser observado o seguinte:

I - a ME ou a EPP, após efetuar a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), bem como obter a sua inscrição municipal e estadual, caso exigíveis, terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados do último deferimento de inscrição, para efetuar a opção pelo Simples Nacional;

V - a opção produzirá efeitos:

a) para as empresas com data de abertura constante do CNPJ até 31 de dezembro de 2007, a partir da data do último deferimento da inscrição nos cadastros estadual e municipal, salvo se o ente federativo considerar inválidas as informações prestadas pela ME ou EPP, hipótese em que a opção será considerada indeferida;

b) para as empresas com data de abertura constante do CNPJ a partir de 1º de janeiro de 2008, desde a respectiva data de abertura, salvo se o ente federativo considerar inválidas as informações prestadas pela ME ou EPP nos cadastros estadual e municipal, hipótese em que a opção será considerada indeferida.

A opção pelo regime de tributação Simples Nacional deve ser realizada pela rede mundial de computadores (Internet) no portal do Simples Nacional.

### 2.4.3 Vedações

Ao instituir tratamento diferenciado e favorecido às Micro Empresa e Empresas de Pequeno Porte, a Lei Complementar 123/2006 estabeleceu vedações à opção e aos benefícios, os quais podem ser especificamente tributários ou de caráter geral.

No art. 17, incisos de I ao XV, da Lei Complementar nº 123/2006, constam as vedações especificadamente para fins tributários. No art.3º, § 4º, incisos I ao X, da Lei Complementar nº 123/2006, constam as vedações ao tratamento diferenciado e favorecido para os fins tributários e não tributários.

Portanto algumas atividades empresariais poderão aderir ao Estatuto, mas estar impedida de optar pelo sistema diferenciado de recolhimento dos tributos.

#### **2.4.4 Não Beneficiadas Para Efeitos Legais – Tributários e Não Tributários**

As empresas que estiverem sujeitas em algumas das situações previstas no art. 3º, incisos I a X, do § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006 não poderão optar pelo sistema diferenciado de recolhimento dos tributos.

Conforme art. 3º, incisos I a X, do § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006:

Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos – calendários anteriores;
- X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

As empresas que se enquadram no artigo citado acima, mesmo que, o faturamento inferior ao limite estabelecido, não poderão beneficiar-se da Lei Complementar 123/2006, para nenhum efeito legal.

#### **2.4.5 Não Beneficiadas Para Fins Tributários**

Estão proibidas de optar pelo Simples Nacional, as atividades descritas na Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 17, incisos I a XIV:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

- I - que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de



contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

II - que tenha sócio domiciliado no exterior;

III - de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

IV - (REVOGADO);

V - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto quando na modalidade fluvial ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores;

VII - que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;

VIII - que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

IX - que exerça atividade de importação de combustíveis;

X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de:

a) cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;

b) bebidas a seguir descritas:

1 - alcoólicas;

2 - (REVOGADO);

3 - (REVOGADO)

4 - cervejas sem álcool;

XI - (REVOGADO);

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

XIII - (REVOGADO)

XIV - que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis.

XV - que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS.

§ 2º Também poderá optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dedique à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo, desde que não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Lei Complementar.

§ 3º (VETADO).

As vedações da Lei Complementar nº 123/2006, no artigo citado acima são específicas para fins tributários, podendo ser usufruídos os demais benefícios, caso não haja vedação prevista, conforme art. 3º, incisos I a X, do § 4º apresentados anteriormente.

#### **2.4.6 Exceções às Vedações Para Fins Tributários**

A Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN nº 50, de 22 de dezembro de 2008 alterou a Resolução CGSN nº 4, de 2007, no seu § 3º, onde



as vedações relativas ao exercício de atividades previstas Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 17 não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades seguintes:

II – com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009:

- 1) creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nas alíneas I e m;
- 2) agência terceirizada de correios;
- 3) agência de viagem e turismo;
- 4) centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
- 5) agência lotérica;
- 6) serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;
- 7) transporte municipal de passageiros;
- 8) escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos § 6º;
- 9) construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
- 10) serviço de vigilância, limpeza ou conservação;
- 11) cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;
- 12) academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
- 13) academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
- 14) elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;
- 15) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- 16) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- 17) empresas montadoras de estandes para feiras;
- 18) produção cultural e artística;
- 19) produção cinematográfica e de artes cênicas;
- 20) laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;
- 21) serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;
- 22) serviços de prótese em geral.

As exceções às vedações citadas acima foram instituídas, no Estatuto, para beneficiar algumas atividades que estariam vedadas a opção pelo Simples Nacional prevista na LC nº 123/2006, em seu art. 17.

#### **2.4.7 Tributos Abrangidos**

Conforme o art. 13 da LC nº. 123 já com as alterações inseridas pela LC nº. 147/2014, o Simples Nacional é um regime de arrecadação de recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação PGDAS-D, dos seguintes tributos:

O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

- I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;
- II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;
- VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
- VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Portanto, o contribuinte enquadrado no simples Nacional, recolhe em GUIA única, e com alíquotas diferenciadas em comparação com as aplicadas pelos contribuintes tributados pelo Lucro Real, Presumido e Arbitrado.

#### **2.4.8 Tributos Não Abrangidos**

Os tributos não abrangidos pelo sistema do Simples Nacional estão listados no § 1º, do art. 13 entre inciso I e XV, da Lei Complementar nº123/2006:

[...]O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- III - Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- V - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;
- VI - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;
- VII - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF;
- VIII - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IX - Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;
- X - Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;
- XI - Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

XII - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;[...]

Portanto, as empresas optantes pelo Simples Nacional, deveram recolher de acordo com a legislação aplicada às demais pessoas jurídicas, os tributos mencionados na base legal acima.

#### **2.4.9 Cálculo**

Para cálculo do valor do tributo devido, não são consideradas as despesas, o cálculo é feito diretamente sobre a Receita Bruta do mês, levando em consideração a receita bruta acumulada dos doze últimos meses. (YOUNG, 2008)

A base de cálculo e as alíquotas para a apuração do Simples Nacional encontram-se definidas no art.18, § 1º, da Lei Complementar 123/2006:

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nºs 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

§ 2º Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar devem ser proporcionais ao número de meses de atividade no período.

§ 3º Sobre a receita bruta auferida no mês incidirá a alíquota determinada na forma do caput e dos §§ 1º e 2º deste artigo, podendo tal incidência se dar, à opção do contribuinte, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, sobre a receita recebida no mês, sendo essa opção irretratável para todo o ano-calendário.

Conforme estabelecido pela Receita Federal do Brasil - RFB, “os créditos tributários abrangidos pelo Simples Nacional, a partir do ano-calendário 2012, passam a ser declarado, mensalmente, por meio do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório - PGDAS-D.”

Ainda segundo a RFB, as informações prestadas no PGDAS-D têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições.

São consideradas como receita tributável as dispostas no Art. 18 § 4º da LC nº. 123/2006:

I - as receitas decorrentes da revenda de mercadorias;

II - as receitas decorrentes da venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte;

III - as receitas decorrentes da prestação de serviços, bem como a de locação de bens móveis;

IV - as receitas decorrentes da venda de mercadorias sujeitas a substituição tributária e tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), bem como, em relação ao ICMS, antecipação tributária com encerramento de tributação;

V - as receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar.

Não são consideradas para cálculo dos tributos integrantes do Simples Nacional, as demais receitas auferidas pela empresa, não originárias de seus objetivos sociais, como são o caso dos ganhos obtidos em bolsa de valores, juros recebidos, descontos auferidos, dentre outros previsto na legislação.

A RFB estabeleceu tabelas com alíquotas e faixas de faturamento para cálculo do DAS a ser recolhido pelas empresas optantes do Simples Nacional, conforme segregação das Receitas.

#### 2.4.9.1. Comércio

O Anexo I da LC nº. 123/2006 são utilizados pelas empresas optantes pelo Simples Nacional, que exercem atividades comerciais. O quadro abaixo, demonstra as alíquotas aplicadas no anexo I.

Quadro 1 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Comércio (Anexo I)

| Receita Bruta em 12 meses<br>(em R\$) | Alíquot<br>a | IRPJ  | CSLL  | Cofins | PIS/Pa<br>sep | CPP   | ICMS  |
|---------------------------------------|--------------|-------|-------|--------|---------------|-------|-------|
| Até 180.000,00                        | 4,00%        | 0,00% | 0,00% | 0,00%  | 0,00%         | 2,75% | 1,25% |
| De 180.000,01 a 360.000,00            | 5,47%        | 0,00% | 0,00% | 0,86%  | 0,00%         | 2,75% | 1,86% |
| De 360.000,01 a 540.000,00            | 6,84%        | 0,27% | 0,31% | 0,95%  | 0,23%         | 2,75% | 2,33% |
| De 540.000,01 a 720.000,00            | 7,54%        | 0,35% | 0,35% | 1,04%  | 0,25%         | 2,99% | 2,56% |
| De 720.000,01 a 900.000,00            | 7,60%        | 0,35% | 0,35% | 1,05%  | 0,25%         | 3,02% | 2,58% |
| De 900.000,01 a 1.080.000,00          | 8,28%        | 0,38% | 0,38% | 1,15%  | 0,27%         | 3,28% | 2,82% |
| De 1.080.000,01 a 1.260.000,00        | 8,36%        | 0,39% | 0,39% | 1,16%  | 0,28%         | 3,30% | 2,84% |
| De 1.260.000,01 a 1.440.000,00        | 8,45%        | 0,39% | 0,39% | 1,17%  | 0,28%         | 3,35% | 2,87% |
| De 1.440.000,01 a 1.620.000,00        | 9,03%        | 0,42% | 0,42% | 1,25%  | 0,30%         | 3,57% | 3,07% |
| De 1.620.000,01 a 1.800.000,00        | 9,12%        | 0,43% | 0,43% | 1,26%  | 0,30%         | 3,60% | 3,10% |
| De 1.800.000,01 a 1.980.000,00        | 9,95%        | 0,46% | 0,46% | 1,38%  | 0,33%         | 3,94% | 3,38% |
| De 1.980.000,01 a 2.160.000,00        | 10,04%       | 0,46% | 0,46% | 1,39%  | 0,33%         | 3,99% | 3,41% |
| De 2.160.000,01 a 2.340.000,00        | 10,13%       | 0,47% | 0,47% | 1,40%  | 0,33%         | 4,01% | 3,45% |
| De 2.340.000,01 a 2.520.000,00        | 10,23%       | 0,47% | 0,47% | 1,42%  | 0,34%         | 4,05% | 3,48% |
| De 2.520.000,01 a 2.700.000,00        | 10,32%       | 0,48% | 0,48% | 1,43%  | 0,34%         | 4,08% | 3,51% |
| De 2.700.000,01 a 2.880.000,00        | 11,23%       | 0,52% | 0,52% | 1,56%  | 0,37%         | 4,44% | 3,82% |
| De 2.880.000,01 a 3.060.000,00        | 11,32%       | 0,52% | 0,52% | 1,57%  | 0,37%         | 4,49% | 3,85% |
| De 3.060.000,01 a 3.240.000,00        | 11,42%       | 0,53% | 0,53% | 1,58%  | 0,38%         | 4,52% | 3,88% |
| De 3.240.000,01 a 3.420.000,00        | 11,51%       | 0,53% | 0,53% | 1,60%  | 0,38%         | 4,56% | 3,91% |
| De 3.420.000,01 a 3.600.000,00        | 11,61%       | 0,54% | 0,54% | 1,60%  | 0,38%         | 4,60% | 3,95% |

Fonte: Anexo I - LC nº. 139, de 10 de novembro de 2011.

Conforme tabela mencionada acima, pode observar que as empresas com atividades comerciais, optantes pelo Simples Nacional, recolhem em guia única: IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, INSS e o ICMS, com alíquotas que aumentam conforme faturamento acumulado dos 12 últimos meses.

#### 2.4.9.2 Indústria

No anexo II da LC nº. 123/2006 encontra-se à tabela com as alíquotas a ser utilizadas pelas empresas optantes do Simples Nacional que exerçam atividades industriais.

No quadro a seguir, encontram-se as alíquotas aplicadas ao anexo II.

**Quadro 2 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Indústria (Anexo II)**

| Receita Bruta em 12 meses (em R\$) | Alíquota | IRPJ  | CSLL  | Cofins | PIS/Pasep | CPP   | ICMS  | IPi   |
|------------------------------------|----------|-------|-------|--------|-----------|-------|-------|-------|
| Até 180.000,00                     | 4,50%    | 0,00% | 0,00% | 0,00%  | 0,00%     | 2,75% | 1,25% | 0,50% |
| De 180.000,01 a 360.000,00         | 5,97%    | 0,00% | 0,00% | 0,86%  | 0,00%     | 2,75% | 1,86% | 0,50% |
| De 360.000,01 a 540.000,00         | 7,34%    | 0,27% | 0,31% | 0,95%  | 0,23%     | 2,75% | 2,33% | 0,50% |
| De 540.000,01 a 720.000,00         | 8,04%    | 0,35% | 0,35% | 1,04%  | 0,25%     | 2,99% | 2,56% | 0,50% |
| De 720.000,01 a 900.000,00         | 8,10%    | 0,35% | 0,35% | 1,05%  | 0,25%     | 3,02% | 2,58% | 0,50% |
| De 900.000,01 a 1.080.000,00       | 8,78%    | 0,38% | 0,38% | 1,15%  | 0,27%     | 3,28% | 2,82% | 0,50% |
| De 1.080.000,01 a 1.260.000,00     | 8,86%    | 0,39% | 0,39% | 1,16%  | 0,28%     | 3,30% | 2,84% | 0,50% |
| De 1.260.000,01 a 1.440.000,00     | 8,95%    | 0,39% | 0,39% | 1,17%  | 0,28%     | 3,35% | 2,87% | 0,50% |
| De 1.440.000,01 a 1.620.000,00     | 9,53%    | 0,42% | 0,42% | 1,25%  | 0,30%     | 3,57% | 3,07% | 0,50% |
| De 1.620.000,01 a 1.800.000,00     | 9,62%    | 0,42% | 0,42% | 1,26%  | 0,30%     | 3,62% | 3,10% | 0,50% |
| De 1.800.000,01 a 1.980.000,00     | 10,45%   | 0,46% | 0,46% | 1,38%  | 0,33%     | 3,94% | 3,38% | 0,50% |
| De 1.980.000,01 a 2.160.000,00     | 10,54%   | 0,46% | 0,46% | 1,39%  | 0,33%     | 3,99% | 3,41% | 0,50% |
| De 2.160.000,01 a 2.340.000,00     | 10,63%   | 0,47% | 0,47% | 1,40%  | 0,33%     | 4,01% | 3,45% | 0,50% |
| De 2.340.000,01 a 2.520.000,00     | 10,73%   | 0,47% | 0,47% | 1,42%  | 0,34%     | 4,05% | 3,48% | 0,50% |
| De 2.520.000,01 a 2.700.000,00     | 10,82%   | 0,48% | 0,48% | 1,43%  | 0,34%     | 4,08% | 3,51% | 0,50% |
| De 2.700.000,01 a 2.880.000,00     | 11,73%   | 0,52% | 0,52% | 1,56%  | 0,37%     | 4,44% | 3,82% | 0,50% |
| De 2.880.000,01 a 3.060.000,00     | 11,82%   | 0,52% | 0,52% | 1,57%  | 0,37%     | 4,49% | 3,85% | 0,50% |
| De 3.060.000,01 a 3.240.000,00     | 11,92%   | 0,53% | 0,53% | 1,58%  | 0,38%     | 4,52% | 3,88% | 0,50% |
| De 3.240.000,01 a 3.420.000,00     | 12,01%   | 0,53% | 0,53% | 1,60%  | 0,38%     | 4,56% | 3,91% | 0,50% |
| De 3.420.000,01 a 3.600.000,00     | 12,11%   | 0,54% | 0,54% | 1,60%  | 0,38%     | 4,60% | 3,95% | 0,50% |

Fonte: Anexo I - LC nº. 139, de 10 de novembro de 2011.

A tabela utilizada para as indústrias diferencia-se do anexo I devido à inclusão de 0,50% (zero vírgula cinco por cento), referente ao Imposto de Produtos Industrializados - IPI, a ser recolhido com os demais impostos/Contribuições, em todas as faixas de faturamento.

### 2.4.9.3 Serviço I

O anexo III da LC nº. 123/2006 já atualizada pela LC <sup>a</sup> 147/2014 utiliza-se para encontrar a alíquota das empresas enquadradas no § 5º-B da referida lei.

§ 5º-B Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:

I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º-D deste artigo;

II - agência terceirizada de correios;

III - agência de viagem e turismo;

IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V - agência lotérica;

VI a VIII - (REVOGADO)

IX - serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;

X a XII - (REVOGADO)

XIII - transporte municipal de passageiros;

XIV - escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§ 22-B e 22-C deste artigo.

XV - produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais.

XVI - fisioterapia;

XVII - corretagem de seguros.

Quadro 3– Faixas e alíquotas do Simples Nacional – Serviço I (Anexo III)

| Receita Bruta em 12 meses (em R\$) | Alíquot<br>a | IRPJ  | CSLL  | Cofin<br>s | PIS/Pase<br>p | CPP   | ISS   |
|------------------------------------|--------------|-------|-------|------------|---------------|-------|-------|
| Até 180.000,00                     | 6,00%        | 0,00% | 0,00% | 0,00%      | 0,00%         | 4,00% | 2,00% |
| De 180.000,01 a 360.000,00         | 8,21%        | 0,00% | 0,00% | 1,42%      | 0,00%         | 4,00% | 2,79% |
| De 360.000,01 a 540.000,00         | 10,26%       | 0,48% | 0,43% | 1,43%      | 0,35%         | 4,07% | 3,50% |
| De 540.000,01 a 720.000,00         | 11,31%       | 0,53% | 0,53% | 1,56%      | 0,38%         | 4,47% | 3,84% |
| De 720.000,01 a 900.000,00         | 11,40 %      | 0,53% | 0,52% | 1,58%      | 0,38%         | 4,52% | 3,87% |
| De 900.000,01 a 1.080.000,00       | 12,42%       | 0,57% | 0,57% | 1,73%      | 0,40%         | 4,92% | 4,23% |
| De 1.080.000,01 a 1.260.000,00     | 12,54%       | 0,59% | 0,56% | 1,74%      | 0,42%         | 4,97% | 4,26% |
| De 1.260.000,01 a 1.440.000,00     | 12,68%       | 0,59% | 0,57% | 1,76%      | 0,42%         | 5,03% | 4,31% |
| De 1.440.000,01 a 1.620.000,00     | 13,55%       | 0,63% | 0,61% | 1,88%      | 0,45%         | 5,37% | 4,61% |
| De 1.620.000,01 a 1.800.000,00     | 13,68%       | 0,63% | 0,64% | 1,89%      | 0,45%         | 5,42% | 4,65% |
| De 1.800.000,01 a 1.980.000,00     | 14,93%       | 0,69% | 0,69% | 2,07%      | 0,50%         | 5,98% | 5,00% |
| De 1.980.000,01 a 2.160.000,00     | 15,06%       | 0,69% | 0,69% | 2,09%      | 0,50%         | 6,09% | 5,00% |
| De 2.160.000,01 a 2.340.000,00     | 15,20%       | 0,71% | 0,70% | 2,10%      | 0,50%         | 6,19% | 5,00% |
| De 2.340.000,01 a 2.520.000,00     | 15,35%       | 0,71% | 0,70% | 2,13%      | 0,51%         | 6,30% | 5,00% |
| De 2.520.000,01 a 2.700.000,00     | 15,48%       | 0,72% | 0,70% | 2,15%      | 0,51%         | 6,40% | 5,00% |
| De 2.700.000,01 a 2.880.000,00     | 16,85%       | 0,78% | 0,76% | 2,34%      | 0,56%         | 7,41% | 5,00% |
| De 2.880.000,01 a 3.060.000,00     | 16,98%       | 0,78% | 0,78% | 2,36%      | 0,56%         | 7,50% | 5,00% |
| De 3.060.000,01 a 3.240.000,00     | 17,13%       | 0,80% | 0,79% | 2,37%      | 0,57%         | 7,60% | 5,00% |
| De 3.240.000,01 a 3.420.000,00     | 17,27%       | 0,80% | 0,79% | 2,40%      | 0,57%         | 7,71% | 5,00% |
| De 3.420.000,01 a 3.600.000,00     | 17,42%       | 0,81% | 0,79% | 2,42%      | 0,57%         | 7,83% | 5,00% |

Fonte: Anexo I - LC nº. 139, de 10 de novembro de 2011.

Observa-se, que por se tratar de prestação de serviço, o Anexo III inclui o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e retira o IPI recolhido no Anexo II pelas indústrias.

As atividades de locação de bens móveis serão tributadas conforme Anexo III, deduzindo-se da alíquota total, o percentual correspondente ao ISSQN, que não é devido nesse tipo de atividade.

#### **2.4.9.4 Serviço II**

O anexo IV referente aos serviços prestados II utiliza-se para obtenção das alíquotas do Simples Nacional para as entidades que exerçam atividades de prestação de serviços relacionados no § 5º-C na LC 147/2014, sendo:

- I - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
- II - (REVOGADO)
- III - (REVOGADO)
- IV - (REVOGADO)
- V - (REVOGADO)
- VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.
- VII - serviços advocatícios.

As atividades citadas acima, que estão enquadradas nas atividades dos anexos IV, estão obrigadas a calcular o valor do INSS conforme previsto no art. 22 da Lei nº 8.212/91, sendo:

- I. Empregador - 20% (vinte por cento) sobre o valor da folha e pagamentos a contribuintes individuais (pró-labore, autônomos);
- II. RAT - variável conforme FAP;

O quadro abaixo, demonstra as alíquotas a serem aplicadas sobre a Receita Bruta das empresas enquadrada no Anexo IV do Simples Nacional, conforme a faixa de faturamento acumulada dos últimos 12 meses.

Devido a Contribuição Previdenciária ser recolhida em guia separada, no quadro do anexo em questão não há a inclusão da alíquota de CPP.

O quadro 4, apresentado na pagina a seguinte, apresenta as alíquotas para as empresas enquadradas no anexo IV.



Quadro 4 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo IV)

| Receita Bruta em 12 meses (em R\$) | Alíquota | IRPJ  | CSLL  | Cofins | PIS/Pasep | ISS   |
|------------------------------------|----------|-------|-------|--------|-----------|-------|
| Até 180.000,00                     | 4,50%    | 0,00% | 1,22% | 1,28%  | 0,00%     | 2,00% |
| De 180.000,01 a 360.000,00         | 6,54%    | 0,00% | 1,84% | 1,91%  | 0,00%     | 2,79% |
| De 360.000,01 a 540.000,00         | 7,70%    | 0,16% | 1,85% | 1,95%  | 0,24%     | 3,50% |
| De 540.000,01 a 720.000,00         | 8,49%    | 0,52% | 1,87% | 1,99%  | 0,27%     | 3,84% |
| De 720.000,01 a 900.000,00         | 8,97%    | 0,89% | 1,89% | 2,03%  | 0,29%     | 3,87% |
| De 900.000,01 a 1.080.000,00       | 9,78%    | 1,25% | 1,91% | 2,07%  | 0,32%     | 4,23% |
| De 1.080.000,01 a 1.260.000,00     | 10,26%   | 1,62% | 1,93% | 2,11%  | 0,34%     | 4,26% |
| De 1.260.000,01 a 1.440.000,00     | 10,76%   | 2,00% | 1,95% | 2,15%  | 0,35%     | 4,31% |
| De 1.440.000,01 a 1.620.000,00     | 11,51%   | 2,37% | 1,97% | 2,19%  | 0,37%     | 4,61% |
| De 1.620.000,01 a 1.800.000,00     | 12,00%   | 2,74% | 2,00% | 2,23%  | 0,38%     | 4,65% |
| De 1.800.000,01 a 1.980.000,00     | 12,80%   | 3,12% | 2,01% | 2,27%  | 0,40%     | 5,00% |
| De 1.980.000,01 a 2.160.000,00     | 13,25%   | 3,49% | 2,03% | 2,31%  | 0,42%     | 5,00% |
| De 2.160.000,01 a 2.340.000,00     | 13,70%   | 3,86% | 2,05% | 2,35%  | 0,44%     | 5,00% |
| De 2.340.000,01 a 2.520.000,00     | 14,15%   | 4,23% | 2,07% | 2,39%  | 0,46%     | 5,00% |
| De 2.520.000,01 a 2.700.000,00     | 14,60%   | 4,60% | 2,10% | 2,43%  | 0,47%     | 5,00% |
| De 2.700.000,01 a 2.880.000,00     | 15,05%   | 4,90% | 2,19% | 2,47%  | 0,49%     | 5,00% |
| De 2.880.000,01 a 3.060.000,00     | 15,50%   | 5,21% | 2,27% | 2,51%  | 0,51%     | 5,00% |
| De 3.060.000,01 a 3.240.000,00     | 15,95%   | 5,51% | 2,36% | 2,55%  | 0,53%     | 5,00% |
| De 3.240.000,01 a 3.420.000,00     | 16,40%   | 5,81% | 2,45% | 2,59%  | 0,55%     | 5,00% |
| De 3.420.000,01 a 3.600.000,00     | 16,85%   | 6,12% | 2,53% | 2,63%  | 0,57%     | 5,00% |

Fonte: Anexo I - LC nº. 139, de 10 de novembro de 2011.

Observa-se que nos impostos/contribuições recolhidos pelos serviços com base Anexo IV, não incide o INSS Patronal a ser recolhido na guia unificada, devendo ser recolhido em guia a parte.

#### 2.4.9.5 Serviço III

O anexo V é utilizado para encontrar a alíquota do Simples Nacional para as entidades que exerçam atividades de prestação de serviços, de acordo com o art. 18, § 5ºD, as atividades de prestação de serviços seguintes:

§ 5º-D Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar:

~~I - cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;~~

I - administração e locação de imóveis de terceiros; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)

II - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

III - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

IV - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

V - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

VI - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

VII - (REVOGADO)



VIII - (REVOGADO)

IX - empresas montadoras de estandes para feiras;

X - (REVOGADO)

XI - (REVOGADO)

XII - laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;

XIII - serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;

XIV - serviços de prótese em geral.

**Quadro 5 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo V)**

| Receita Bruta em 12 meses<br>(em Mil) | (r)<0,10 | 0,10=<<br>(r) e (r) <<br>0,15 | 0,15=<<br>(r) e (r) <<br>0,20 | 0,20=< (r)<br>e (r) <<br>0,25 | 0,25=<<br>(r) e (r) <<br>0,30 | 0,30=<<br>(r) e (r) <<br>0,35 | 0,35=<<br>(r) e (r) <<br>0,40 | (r)>= 0,40 |
|---------------------------------------|----------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|------------|
| Até 180.000,01                        | 17,50%   | 15,70%                        | 13,70%                        | 11,82%                        | 10,47%                        | 9,97%                         | 8,80%                         | 8,00%      |
| De 180.000,01 a 360.000,00            | 17,52%   | 15,75%                        | 13,90%                        | 12,60%                        | 12,33%                        | 10,72%                        | 9,10%                         | 8,48%      |
| De 360.000,01 a 540.000,00            | 17,55%   | 15,95%                        | 14,20%                        | 12,90%                        | 12,64%                        | 11,11%                        | 9,58%                         | 9,03%      |
| De 540.000,01 a 720.000,00            | 17,95%   | 16,70%                        | 15,00%                        | 13,70%                        | 13,45%                        | 12,00%                        | 10,56%                        | 9,34%      |
| De 720.000,01 a 900.000,00            | 18,15%   | 16,95%                        | 15,30%                        | 14,03%                        | 13,53%                        | 12,40%                        | 11,04%                        | 10,06%     |
| De 900.000,01 a 1.080.000,00          | 18,45%   | 17,20%                        | 15,40%                        | 14,10%                        | 13,60%                        | 12,60%                        | 11,60%                        | 10,60%     |
| De 1.080.000,01 a 1.260.000,00        | 18,55%   | 17,30%                        | 15,50%                        | 14,11%                        | 13,68%                        | 12,68%                        | 11,68%                        | 10,68%     |
| De 1.260.000,01 a 1.440.000,00        | 18,62%   | 17,32%                        | 15,60%                        | 14,12%                        | 13,69%                        | 12,69%                        | 11,69%                        | 10,69%     |
| De 1.440.000,01 a 1.620.000,00        | 18,72%   | 17,42%                        | 15,70%                        | 14,13%                        | 14,08%                        | 13,08%                        | 12,08%                        | 11,08%     |
| De 1.620.000,01 a 1.800.000,00        | 18,86%   | 17,56%                        | 15,80%                        | 14,14%                        | 14,09%                        | 13,09%                        | 12,09%                        | 11,09%     |
| De 1.800.000,01 a 1.980.000,00        | 18,96%   | 17,66%                        | 15,90%                        | 14,49%                        | 14,45%                        | 13,61%                        | 12,78%                        | 11,87%     |
| De 1.980.000,01 a 2.160.000,00        | 19,06%   | 17,76%                        | 16,00%                        | 14,67%                        | 14,64%                        | 13,89%                        | 13,15%                        | 12,28%     |
| De 2.160.000,01 a 2.340.000,00        | 19,26%   | 17,96%                        | 16,20%                        | 14,86%                        | 14,82%                        | 14,17%                        | 13,51%                        | 12,68%     |
| De 2.340.000,01 a 2.520.000,00        | 19,56%   | 18,30%                        | 16,50%                        | 15,46%                        | 15,18%                        | 14,61%                        | 14,04%                        | 13,26%     |
| De 2.520.000,01 a 2.700.000,00        | 20,70%   | 19,30%                        | 17,45%                        | 16,24%                        | 16,00%                        | 15,52%                        | 15,03%                        | 14,29%     |
| De 2.700.000,01 a 2.880.000,00        | 21,20%   | 20,00%                        | 18,20%                        | 16,91%                        | 16,72%                        | 16,32%                        | 15,93%                        | 15,23%     |
| De 2.880.000,01 a 3.060.000,00        | 21,70%   | 20,50%                        | 18,70%                        | 17,40%                        | 17,13%                        | 16,82%                        | 16,38%                        | 16,17%     |
| De 3.060.000,01 a 3.240.000,00        | 22,20%   | 20,90%                        | 19,10%                        | 17,80%                        | 17,55%                        | 17,22%                        | 16,82%                        | 16,51%     |
| De 3.240.000,01 a 3.420.000,00        | 22,50%   | 21,30%                        | 19,50%                        | 18,20%                        | 17,97%                        | 17,44%                        | 17,21%                        | 16,94%     |
| De 3.420.000,01 a 3.600.000,00        | 22,90%   | 21,80%                        | 20,00%                        | 18,60%                        | 18,40%                        | 17,85%                        | 17,60%                        | 17,18%     |

Fonte: Anexo I - LC nº. 139, de 10 de novembro de 2011.

Empresas enquadradas no anexo V para apuração recolhimentos dos tributos pelo regime simplificado de apuração, conforme a LC nº. 123/2006 devem primeiramente calcular a relação “r” entre o total da folha de pagamento bruta acrescida dos encargos sociais dos últimos 12 meses e o total da receita bruta dos últimos 12 meses.

Sendo que, para efeito de aplicação do fator “r”, considera-se a folha de pagamento, incluídos encargos, o montante pago nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de salários, retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social - INSS e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FTGS.

## 2.5 Lei Complementar 147/2014

Sancionada dia 7 de agosto de 2014, pela presidente Dilma Rousseff a Lei Complementar 147/2014 (PLC 60/14), originada do PLP (Projeto de Lei Complementar) 221/12, que universaliza o Super Simples – sistema de tributação diferenciado para as Micro e Pequenas Empresas que unifica oito impostos em um único boleto e reduz, em média, em 40% a carga tributária. (SEBRAE, 2014)

Segundo o Sebrae (2014), com a universalização ao Simples Nacional, mais de 140 atividades, que não estão atualmente contempladas, poderão aderir a esse modelo de tributação para o exercício 2015.

### 2.5.1 Alterações No Simples Nacional

A Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, alterou a Lei Complementar nº 123, de 2006, que institui o Estatuto da Micro e Pequena Empresa e dispõe sobre o Simples Nacional.

A Lei Complementar referida incluiu novas atividades que poderão optar pelo Simples Nacional a partir de janeiro de 2015.

- I - Tributadas com base nos Anexos I ou II da LC 123/2006: Produção e comércio atacadista de refrigerantes;
- II - Tributadas com base no Anexo III da LC 123/2006:
  - a. Fisioterapia;
  - b. Corretagem de seguros;
  - c. Serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, na modalidade fluvial, ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes e trabalhadores (retirando-se o ISS e acrescentando-se o ICMS)
- III - Tributada com base no Anexo IV da LC 123/2006: Serviços Advocatícios;
- IV - Tributadas com base no (novo) Anexo VI da LC 123/2006:
  - a. Medicina, inclusive laboratorial e enfermagem;
  - b. Medicina veterinária;
  - c. Odontologia;
  - d. Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia e de clínicas de nutrição, de vacinação e bancos de leite
  - e. Serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação
  - f. Arquitetura, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodesia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;
  - g. Representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros
  - h. Perícia, leilão e avaliação

- i. Auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração
- j. Jornalismo e publicidade
- k. Agenciamento, exceto de mão-de-obra
- l. Outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III, IV ou V da LC 123/2006.

Entre as novas atividades, conforme citado acima, algumas foram enquadradas nos anexos já existentes, para as demais não enquadradas nos anexos disponíveis antes de ser sancionada a LC 147/2014, houve a implantação do Anexo VI com vigência a partir de janeiro de 2015, prevê alíquotas entre 16,93% e 22,45%.

Quadro 6 – Faixas de alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo VI)

| <b>Receita Bruta em 12 meses (em R\$)</b> | <b>Alíquota</b> | <b>IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP</b> | <b>ISS</b> |
|---|-----------------|--|------------|
| Até 180.000,00                            | 16,93%          | 14,93%                                     | 2,00%      |
| De 180.000,01 a 360.000,00                | 17,72%          | 14,93%                                     | 2,79%      |
| De 360.000,01 a 540.000,00                | 18,43%          | 14,93%                                     | 3,50%      |
| De 540.000,01 a 720.000,00                | 18,77%          | 14,93%                                     | 3,84%      |
| De 720.000,01 a 900.000,00                | 19,04%          | 15,17%                                     | 3,87%      |
| De 900.000,01 a 1.080.000,00              | 19,94%          | 15,71%                                     | 4,23%      |
| De 1.080.000,01 a 1.260.000,00            | 20,34%          | 16,08%                                     | 4,26%      |
| De 1.260.000,01 a 1.440.000,00            | 20,66%          | 16,35%                                     | 4,31%      |
| De 1.440.000,01 a 1.620.000,00            | 21,17%          | 16,56%                                     | 4,61%      |
| De 1.620.000,01 a 1.800.000,00            | 21,38%          | 16,73%                                     | 4,65%      |
| De 1.800.000,01 a 1.980.000,00            | 21,86%          | 16,86%                                     | 5,00%      |
| De 1.980.000,01 a 2.160.000,00            | 21,97%          | 16,97%                                     | 5,00%      |
| De 2.160.000,01 a 2.340.000,00            | 22,06%          | 17,06%                                     | 5,00%      |
| De 2.340.000,01 a 2.520.000,00            | 22,14%          | 17,14%                                     | 5,00%      |
| De 2.520.000,01 a 2.700.000,00            | 22,21%          | 17,21%                                     | 5,00%      |
| De 2.700.000,01 a 2.880.000,00            | 22,21%          | 17,21%                                     | 5,00%      |
| De 2.880.000,01 a 3.060.000,00            | 22,32%          | 17,32%                                     | 5,00%      |
| De 3.060.000,01 a 3.240.000,00            | 22,37%          | 17,37%                                     | 5,00%      |
| De 3.240.000,01 a 3.420.000,00            | 22,41%          | 17,41%                                     | 5,00%      |
| De 3.420.000,01 a 3.600.000,00            | 22,45%          | 17,45%                                     | 5,00%      |

Fonte: Anexo VI - LC nº. 147, de 07 de agosto de 2014.

Entre as alterações, pode-se destacar também que a partir de 2015, as empresas possuem o limite extra de exportação, com o intuito de incentivos para exportar. A empresa poderá auferir receita bruta anual de até R\$ 7,2 milhões, sendo R\$ 3,6 milhões em exportação de mercadorias e serviços e R\$ 3,6 milhões no mercado interno.

No processo de baixa de empresas, poderá ser realizado a qualquer momento mesmo com pendências ou débitos tributários, devido o pedido de baixa ser de responsabilidade solidária dos sócios, empresários e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

### **3 ESTUDO DE CASO**

Neste capítulo será demonstrado o estudo de caso realizado num escritório de advocacia localizado em Criciúma, demonstrando os benefícios, que o mesmo obterá com a inclusão de sua atividade ao Simples Nacional, com Lei Complementar 147, de agosto 2014.

Por motivos de privacidade, os sócios do escritório solicitaram para a não identificação de sua razão social no decorrer do trabalho, sendo assim, será denominado XX Advogados LTDA. O escritório foi constituído em abril de 2011 e presta serviços advocatícios para empresas de Criciúma e região.

A empresa analisada, durante o exercício de 2014, optava pelo regime de tributação do Lucro Presumido. Para o estudo de caso, foi realizado levantamento dos Impostos e Contribuições recolhidos nesse período, a fim de confronta-los com o valor que seria devido, caso o escritório pudesse optar pela apuração com o Simples nacional.

#### **3.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL**

O escritório, conforme já mencionado, durante o exercício de 2014 optou pelo Lucro Presumido, devendo assim, recolher o IRPJ e CSLL trimestralmente. Neste tópico, será apresentado o cálculo e os valores recolhido de IRPJ e CSLL em cada trimestre de 2014.

Por se tratar de um prestador de serviço, para encontrar a base de cálculo IRPJ aplica-se 32% sobre o valor dos serviços prestados no período pelo escritório XX Advogados LTDA, onde a mesma porcentagem se aplica para encontrar a base de cálculo da CSLL.

No Lucro Presumido, conforme mencionado no embasamento teórico, o valor de outras receitas não operacionais (receitas financeiras, ganho de capital,...) são acrescidas integralmente na base de calculo do IRPJ e da CSLL. A sociedade em questão recebeu em alguns meses de 2014, juros referente a atraso de

pagamentos por parte de determinados clientes. Sendo assim, esses juros foram reconhecidos como receita financeira, e acrescidos na base de cálculo.

As tabelas abaixo, demonstram a apuração trimestral de IRPJ e CSLL.

Tabela 1 - Apuração de IRPJ e CSLL no 1º Trimestre 2014.

| LUCRO PRESUMIDO<br>2014                | JANEIRO                    |                  | FEVEREIRO        |                  | MARÇO            |                  |
|--|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | IRPJ                       | CSLL             | IRPJ             | CSLL             | IRPJ             | CSLL             |
| <b>Serviços</b>                        | <b>26.386,00</b>           | <b>26.386,00</b> | <b>28.757,00</b> | <b>28.757,00</b> | <b>27.969,30</b> | <b>27.969,30</b> |
| Serviços Prestados                     | 26.386,00                  | 26.386,00        | 28.757,00        | 28.757,00        | 27.969,30        | 27.969,30        |
|  | -                          | -                | -                | -                | -                | -                |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>26.386,00</b>           | <b>26.386,00</b> | <b>28.757,00</b> | <b>28.757,00</b> | <b>27.969,30</b> | <b>27.969,30</b> |
| 32% s/Serviços                         | 8.443,52                   | 8.443,52         | 9.202,24         | 9.202,24         | 8.950,18         | 8.950,18         |
| <b>B.Calculo s/Faturamento</b>         | <b>8.443,52</b>            | <b>8.443,52</b>  | <b>9.202,24</b>  | <b>9.202,24</b>  | <b>8.950,18</b>  | <b>8.950,18</b>  |
| Juros Recebidos                        | 3,12                       | 3,12             | 8,21             | 8,21             | 5,68             | 5,68             |
| Descontos Obtidos                      | -                          | -                | 11,57            | 11,57            | -                | -                |
|  | -                          | -                | -                | -                | -                | -                |
| <b>B.Calculo s/Receita Financeiras</b> | <b>3,12</b>                | <b>3,12</b>      | <b>19,78</b>     | <b>19,78</b>     | <b>5,68</b>      | <b>5,68</b>      |
| <b>Total antes Adicional</b>           | <b>8.446,64</b>            | <b>8.446,64</b>  | <b>9.222,02</b>  | <b>9.222,02</b>  | <b>8.955,86</b>  | <b>8.955,86</b>  |
| 15% IRPJ                               | 1.267,00                   |                  | 1.383,30         |                  | 1.343,38         |                  |
| 10% Adicional                          | -                          |                  | -                |                  | -                |                  |
| 9% CSLL                                |                            | 760,20           |                  | 829,98           |                  | 806,03           |
| <b>Total</b>                           | <b>1.267,00</b>            | <b>760,20</b>    | <b>1.383,30</b>  | <b>829,98</b>    | <b>1.343,38</b>  | <b>806,03</b>    |
| <i>Provisão IRPJ</i>                   | 1.267,00                   |                  | 1.383,30         |                  | 1.343,38         |                  |
| <i>Provisão CSLL</i>                   |                            | 760,20           |                  | 829,98           |                  | 806,03           |
| <b>Recuperação IRRF / CSRF</b>         | <b>- 395,79</b>            |                  | <b>- 431,36</b>  |                  | <b>- 419,54</b>  |                  |
| <b>TOTAL NO MÊS</b>                    | <b>871,21</b>              | <b>760,20</b>    | <b>951,95</b>    | <b>829,98</b>    | <b>923,84</b>    | <b>806,03</b>    |
| <b>IMPOSTO A RECOLHER</b>              | <b>1º TRIMESTRE / 2014</b> |                  |                  |                  | <b>2.746,99</b>  | <b>2.396,21</b>  |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Tabela 2 - Apuração de IRPJ e CSLL no 2º Trimestre 2014.

| LUCRO PRESUMIDO<br>2014                | ABRIL                      |                  | MAIO             |                  | JUNHO            |                  |
|--|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | IRPJ                       | CSLL             | IRPJ             | CSLL             | IRPJ             | CSLL             |
| <b>Serviços</b>                        | <b>29.777,65</b>           | <b>29.777,65</b> | <b>33.988,55</b> | <b>33.988,55</b> | <b>29.055,65</b> | <b>29.055,65</b> |
| Serviços Prestados                     | 29.777,65                  | 29.777,65        | 33.988,55        | 33.988,55        | 29.055,65        | 29.055,65        |
|  | -                          | -                | -                | -                | -                | -                |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>29.777,65</b>           | <b>29.777,65</b> | <b>33.988,55</b> | <b>33.988,55</b> | <b>29.055,65</b> | <b>29.055,65</b> |
| 32% s/Serviços                         | 9.528,85                   | 9.528,85         | 10.876,34        | 10.876,34        | 9.297,81         | 9.297,81         |
| <b>B.Calculo s/Faturamento</b>         | <b>9.528,85</b>            | <b>9.528,85</b>  | <b>10.876,34</b> | <b>10.876,34</b> | <b>9.297,81</b>  | <b>9.297,81</b>  |
| Juros Recebidos                        | 9,16                       | 9,16             | 7,59             | 7,59             | -                | -                |
| Descontos Obtidos                      | -                          | -                | -                | -                | -                | -                |
|  | -                          | -                | -                | -                | -                | -                |
| <b>B.Calculo s/Receita Financeiras</b> | <b>9,16</b>                | <b>9,16</b>      | <b>7,59</b>      | <b>7,59</b>      | <b>-</b>         | <b>-</b>         |
| <b>Total antes Adicional</b>           | <b>9.538,01</b>            | <b>9.538,01</b>  | <b>10.883,93</b> | <b>10.883,93</b> | <b>9.297,81</b>  | <b>9.297,81</b>  |
| 15% IRPJ                               | 1.430,70                   |                  | 1.632,59         |                  | 1.394,67         |                  |
| 10% Adicional                          | -                          |                  | -                |                  | -                |                  |
| 9% CSLL                                |                            | 858,42           |                  | 979,55           |                  | 836,80           |
| <b>Total</b>                           | <b>1.430,70</b>            | <b>858,42</b>    | <b>1.632,59</b>  | <b>979,55</b>    | <b>1.394,67</b>  | <b>836,80</b>    |
| <i>Provisão IRPJ</i>                   | 1.430,70                   |                  | 1.632,59         |                  | 1.394,67         |                  |
| <i>Provisão CSLL</i>                   |                            | 858,42           |                  | 979,55           |                  | 836,80           |
| <b>Recuperação IRRF / CSRF</b>         | <b>- 446,66</b>            |                  | <b>- 509,83</b>  |                  | <b>- 435,83</b>  |                  |
| <b>TOTAL NO MÊS</b>                    | <b>984,04</b>              | <b>858,42</b>    | <b>1.122,76</b>  | <b>979,55</b>    | <b>958,84</b>    | <b>836,80</b>    |
| <b>IMPOSTO A RECOLHER</b>              | <b>2º TRIMESTRE / 2014</b> |                  |                  |                  | <b>3.065,63</b>  | <b>2.674,78</b>  |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Tabela 3 - Apuração de IRPJ e CSLL no 3º Trimestre 2014.

| LUCRO PRESUMIDO<br>2014                | JULHO                      |                  | AGOSTO           |                  | SETEMBRO         |                  |
|--|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | IRPJ                       | CSLL             | IRPJ             | CSLL             | IRPJ             | CSLL             |
| <b>Serviços</b>                        | <b>34.902,65</b>           | <b>34.902,95</b> | <b>28.074,80</b> | <b>28.074,80</b> | <b>40.165,68</b> | <b>40.165,68</b> |
| Serviços Prestados                     | 34.902,65                  | 34.902,95        | 28.074,80        | 28.074,80        | 40.165,68        | 40.165,68        |
|  | -                          | -                | -                | -                | -                | -                |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>34.902,65</b>           | <b>34.902,95</b> | <b>28.074,80</b> | <b>28.074,80</b> | <b>40.165,68</b> | <b>40.165,68</b> |
| 32% s/Serviços                         | 11.168,85                  | 11.168,94        | 8.983,94         | 8.983,94         | 12.853,02        | 12.853,02        |
| <b>B.Calculo s/Faturamento</b>         | <b>11.168,85</b>           | <b>11.168,94</b> | <b>8.983,94</b>  | <b>8.983,94</b>  | <b>12.853,02</b> | <b>12.853,02</b> |
| Juros Recebidos                        | 2,18                       | 2,18             | -                | -                | 6,34             | 6,34             |
| Descontos Obtidos                      | -                          | -                | -                | -                | -                | -                |
|  | -                          | -                | -                | -                | -                | -                |
| <b>B.Calculo s/Receita Financeiras</b> | <b>2,18</b>                | <b>2,18</b>      | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>6,34</b>      | <b>6,34</b>      |
| <b>Total antes Adicional</b>           | <b>11.171,03</b>           | <b>11.171,12</b> | <b>8.983,94</b>  | <b>8.983,94</b>  | <b>12.859,36</b> | <b>12.859,36</b> |
| 15% IRPJ                               | 1.675,65                   |                  | 1.347,59         |                  | 1.928,90         |                  |
| 10% Adicional                          | -                          |                  | -                |                  | -                |                  |
| 9% CSLL                                |                            | 1.005,40         |                  | 808,55           |                  | 1.157,34         |
| <b>Total</b>                           | <b>1.675,65</b>            | <b>1.005,40</b>  | <b>1.347,59</b>  | <b>808,55</b>    | <b>1.928,90</b>  | <b>1.157,34</b>  |
| <b>Provisão IRPJ</b>                   | <b>1.675,65</b>            |                  | <b>1.347,59</b>  |                  | <b>1.928,90</b>  |                  |
| <b>Provisão CSLL</b>                   |                            | <b>1.005,40</b>  |                  | <b>808,55</b>    |                  | <b>1.157,34</b>  |
| <b>Recuperação IRRF / CSRF</b>         | <b>- 523,54</b>            |                  | <b>- 421,12</b>  |                  | <b>- 602,49</b>  |                  |
| <b>TOTAL NO MÊS</b>                    | <b>1.152,11</b>            | <b>1.005,40</b>  | <b>926,47</b>    | <b>808,55</b>    | <b>1.326,42</b>  | <b>1.157,34</b>  |
| <b>IMPOSTO A RECOLHER</b>              | <b>3º TRIMESTRE / 2014</b> |                  |                  |                  | <b>3.405,00</b>  | <b>2.971,30</b>  |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Tabela 4 - Apuração de IRPJ e CSLL no 4º Trimestre 2014.

| LUCRO PRESUMIDO                 | OUTUBRO             |           | NOVEMBRO  |           | DEZEMBRO  |           |
|---------------------------------|---------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 2014                            | IRPJ                | CSLL      | IRPJ      | CSLL      | IRPJ      | CSLL      |
| Serviços                        | 33.563,05           | 33.563,05 | 29.609,29 | 29.609,29 | 31.254,70 | 31.254,70 |
| Serviços Prestados              | 33.563,05           | 33.563,05 | 29.609,29 | 29.609,29 | 31.254,70 | 31.254,70 |
|                                 | -                   | -         | -         | -         | -         | -         |
| TOTAL                           | 33.563,05           | 33.563,05 | 29.609,29 | 29.609,29 | 31.254,70 | 31.254,70 |
| 32% s/Serviços                  | 10.740,18           | 10.740,18 | 9.474,97  | 9.474,97  | 10.001,50 | 10.001,50 |
| B.Calculo s/Faturamento         | 10.740,18           | 10.740,18 | 9.474,97  | 9.474,97  | 10.001,50 | 10.001,50 |
| Juros Recebidos                 | -                   | -         | 4,69      | 4,69      | 3,87      | 3,87      |
| Descontos Obtidos               | -                   | -         | -         | -         | -         | -         |
|                                 | -                   | -         |           |           |           |           |
| B.Calculo s/Receita Financeiras | -                   | -         | 4,69      | 4,69      | 3,87      | 3,87      |
| Total antes Adicional           | 10.740,18           | 10.740,18 | 9.479,66  | 9.479,66  | 10.005,37 | 10.005,37 |
| 15% IRPJ                        | 1.611,03            |           | 1.421,95  |           | 1.500,81  |           |
| 10% Adicional                   | -                   |           | -         |           | -         |           |
| 9% CSLL                         |                     | 966,62    |           | 853,17    |           | 900,48    |
| Total                           | 1.611,03            | 966,62    | 1.421,95  | 853,17    | 1.500,81  | 900,48    |
| Provisão IRPJ                   | 1.611,03            |           | 1.421,95  |           | 1.500,81  |           |
| Provisão CSLL                   |                     | 966,62    |           | 853,17    |           | 900,48    |
| Recuperação IRRF / CSRF         | - 523,54            |           | - 444,14  |           | - 468,82  |           |
| TOTAL NO MÊS                    | 1.087,49            | 966,62    | 977,81    | 853,17    | 1.031,99  | 900,48    |
| IMPOSTO A RECOLHER              | 4º TRIMESTRE / 2014 |           |           |           | 3.097,28  | 2.720,27  |
| TOTAL IMPOSTO EXERCICIO 2014    |                     |           |           |           | 12.314,91 | 10.762,55 |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Serviços advocatícios possuem retenções de IR corresponde a alíquota de 1,5 %, na emissão das Notas Fiscais de serviços prestados. Os valores retidos são deduzidos do apurado no encerramento do período de apuração. Pode ser

observado nas tabelas acima que o escritório realizava suas devidas retenções, e deduzia na apuração.

Pode-se observar também, que em nenhum semestre a empresa ficou submetida a recolher o IRPJ adicional de 10%, devido não ter ultrapassado o lucro presumido trimestral limitado em R\$ 60.000,00.

### **3.2 PIS/PASEP e COFINS – Cumulativo**

A empresa XX Advogados LTDA, recolhe as contribuições de PIS/PASEP e COFINS pelo regime cumulativo.

Para apuração no regime de incidência cumulativa, a Receita Federal do Brasil estabelece que a base de cálculo para apuração de PIS/PASEP e COFINS, é a Receita Bruta do período, sendo deduzidos: Vendas Canceladas; Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI; Exportações; Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS recolhido por Substituição Tributária e venda para Zona Franca de Manaus.

As alíquotas a serem aplicadas, no regime cumulativo, são de sessenta e cinco centésimos por cento (0,65%) para Contribuição PIS/PASEP e de três por cento (3%) para COFINS.

Portanto, as receitas financeiras que o escritório recebeu devido ao atraso dos pagamentos por parte de seus clientes, não são acrescidas na base de cálculo da apuração de PIS/PASEP e COFINS.

As contribuições PIS/PASEP e COFINS devem ser recolhidas até o vigésimo quinto (dia 25) dia do mês seguinte a apuração, caso não seja dia útil, deve ser antecipado.

As tabelas abaixo, demonstram à apuração de PIS/PASEP e COFINS referente exercício 2014.



Tabela 5 - Apuração de PIS/PASEP e COFINS no 1º semestre 2014.

| PERIODO                             | Janeiro          | Fevereiro        | Março            | Abril            | Maior            | Junho            |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Serviços Prestados                  | 26.386,00        | 28.757,00        | 27.969,30        | 29.777,65        | 33.988,55        | 29.055,65        |
| <b>TOTAL FATURAMENTO</b>            | <b>26.386,00</b> | <b>28.757,00</b> | <b>27.969,30</b> | <b>29.777,65</b> | <b>33.988,55</b> | <b>29.055,65</b> |
|                                     | -                | -                | -                | -                | -                | -                |
|                                     | -                | -                | -                | -                | -                | -                |
| <b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>           | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         |
|                                     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>BASE DE CALCULO PIS / COFINS</b> | <b>26.386,00</b> | <b>28.757,00</b> | <b>27.969,30</b> | <b>29.777,65</b> | <b>33.988,55</b> | <b>29.055,65</b> |
|                                     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| PIS S/ FAT. (0,65%)                 | 171,51           | 186,92           | 181,80           | 193,55           | 220,93           | 188,86           |
| COFINS S/ FAT. (3%)                 | 791,58           | 862,71           | 839,08           | 893,33           | 1.019,66         | 871,67           |
|                                     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>         | <b>3,12</b>      | <b>19,78</b>     | <b>5,68</b>      | <b>9,16</b>      | <b>7,59</b>      | <b>-</b>         |
|                                     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>PIS A RECOLHER</b>               | <b>171,51</b>    | <b>186,92</b>    | <b>181,80</b>    | <b>193,55</b>    | <b>220,93</b>    | <b>188,86</b>    |
| <b>COFINS A RECOLHER</b>            | <b>791,58</b>    | <b>862,71</b>    | <b>839,08</b>    | <b>893,33</b>    | <b>1.019,66</b>  | <b>871,67</b>    |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Tabela 6 - Apuração de PIS/PASEP e COFINS no 2º semestre 2014.

| PERIODO                             | Julho            | Agosto           | Setembro         | Outubro          | Novembro         | Dezembro         |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Serviços Prestados                  | 34.902,95        | 28.074,80        | 40.165,68        | 33.563,05        | 29.609,29        | 31.254,70        |
| <b>TOTAL FATURAMENTO</b>            | <b>34.902,95</b> | <b>28.074,80</b> | <b>40.165,68</b> | <b>33.563,05</b> | <b>29.609,29</b> | <b>31.254,70</b> |
|                                     | -                | -                | -                | -                | -                | -                |
|                                     | -                | -                | -                | -                | -                | -                |
| <b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>           | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         |
|                                     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>BASE DE CALCULO PIS / COFINS</b> | <b>34.902,95</b> | <b>28.074,80</b> | <b>40.165,68</b> | <b>33.563,05</b> | <b>29.609,29</b> | <b>31.254,70</b> |
|                                     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| PIS S/ FAT. (0,65%)                 | 226,87           | 182,49           | 261,08           | 218,16           | 192,46           | 203,16           |
| COFINS S/ FAT. (3%)                 | 1.047,09         | 842,24           | 1.204,97         | 1.006,89         | 888,28           | 937,64           |
|                                     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>         | <b>2,18</b>      | <b>-</b>         | <b>6,34</b>      | <b>-</b>         | <b>4,69</b>      | <b>3,87</b>      |
|                                     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>PIS A RECOLHER</b>               | <b>226,87</b>    | <b>182,49</b>    | <b>261,08</b>    | <b>218,16</b>    | <b>192,46</b>    | <b>203,16</b>    |
| <b>COFINS A RECOLHER</b>            | <b>1.047,09</b>  | <b>842,24</b>    | <b>1.204,97</b>  | <b>1.006,89</b>  | <b>888,28</b>    | <b>937,64</b>    |
| <b>Total PIS Ano 2014</b>           |                  |                  |                  |                  | <b>2.427,78</b>  |                  |
| <b>Total COFINS Ano 2014</b>        |                  |                  |                  |                  | <b>11.205,14</b> |                  |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

No período de 2014, a empresa XX Advogados LTDA recolheu R\$ 2.427,28 em contribuição PIS/PASEP e R\$ 11.205,14 de COFINS, conforme os valores mencionados nas tabelas acima que demonstram o cálculo.

### 3.2 INSS Patronal e Terceiros

Como mencionado anteriormente no trabalho, empresas optantes pelo Lucro Presumido estão obrigadas, pela legislação, a recolher Contribuição Previdenciária.

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social que recebe contribuições das pessoas físicas e jurídicas para a manutenção da Previdência Social, que é responsável pelo pagamento da aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte e outros benefícios para os beneficiários previstos em lei.

A Lei nº 8.212 de 1991 dispõe sobre a Seguridade Social, e em seu artigo 22, inciso I estabelece o INSS a ser recolhido pelas pessoas jurídicas tomadora de serviços de pessoa física com vínculo empregatício ou serviço autônomo, sendo, “vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços”.

As empresas estão obrigadas também a recolher o Risco de Acidentes de Trabalho – RAT, previstos no inciso II no artigo 22 da Lei mencionada anteriormente, com alíquotas que variam de 1% a 3%, de acordo com o grau de risco da atividade da empresa. Escritórios que prestam serviços advocatícios devem recolher 1% de RAT, devido em sua atividade o risco de acidentes de trabalho seja considerado leve.

Além do INSS Patronal e RAT, o escritório está obrigado a recolher conforme a legislação, o INSS Terceiros com a alíquota de 5,8%, contribuição de Outras Entidades, destinada às entidades SESI, SESC e SENAI.

O escritório em estudo recolheu no exercício de 2014, através da Guia de Previdência Social – GPS os valores apresentado na tabela apresentada na próxima página.

Tabela 7 – Cálculo INSS Patronal ano e outras entidades 2014.

| Mês                    | Salário       | INSS (20%)   | RAT (1%)   | Outras Entidades (5,8%) | Total INSS s/ Folha  |
|------------------------|---------------|--------------|------------|-------------------------|----------------------|
| Janeiro                | R\$ 10.404,21 | R\$ 2.080,84 | R\$ 104,04 | R\$ 603,44              | R\$ 2.788,33         |
| Fevereiro              | R\$ 10.376,56 | R\$ 2.075,31 | R\$ 103,77 | R\$ 601,84              | R\$ 2.780,92         |
| Março                  | R\$ 10.896,12 | R\$ 2.179,22 | R\$ 108,96 | R\$ 631,97              | R\$ 2.920,16         |
| Abril                  | R\$ 10.632,54 | R\$ 2.126,51 | R\$ 106,33 | R\$ 616,69              | R\$ 2.849,52         |
| Maio                   | R\$ 10.798,26 | R\$ 2.159,65 | R\$ 107,98 | R\$ 626,30              | R\$ 2.893,93         |
| Junho                  | R\$ 10.563,31 | R\$ 2.112,66 | R\$ 105,63 | R\$ 612,67              | R\$ 2.830,97         |
| Julho                  | R\$ 10.578,98 | R\$ 2.115,80 | R\$ 105,79 | R\$ 613,58              | R\$ 2.835,17         |
| Agosto                 | R\$ 10.478,32 | R\$ 2.095,66 | R\$ 104,78 | R\$ 607,74              | R\$ 2.808,19         |
| Setembro               | R\$ 10.612,84 | R\$ 2.122,57 | R\$ 106,13 | R\$ 615,54              | R\$ 2.844,24         |
| Outubro                | R\$ 10.548,58 | R\$ 2.109,72 | R\$ 105,49 | R\$ 611,82              | R\$ 2.827,02         |
| Novembro               | R\$ 10.423,39 | R\$ 2.084,68 | R\$ 104,23 | R\$ 604,56              | R\$ 2.793,47         |
| Dezembro               | R\$ 10.632,84 | R\$ 2.126,57 | R\$ 106,33 | R\$ 616,70              | R\$ 2.849,60         |
| <b>Total INSS 2014</b> |               |              |            |                         | <b>R\$ 34.021,51</b> |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

A tabela demonstra o valor de INSS recolhido durante o exercício de 2014, no montante de R\$ 34.021,51. Pode-se observar a alta carga de INSS a ser recolhidos pelas empresas sobre sua folha de pagamento.

### 3.4 Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN

O ISSQN é o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido pelos prestadores de serviço, estabelecido pela conforme Lei n.º11.438/1997. O fato gerador do ISSQN é a prestação de serviço e deve ser recolhido para o município onde ocorreu a prestação de serviço.

O Escritório XX Advogados LTDA, presta serviços advocatícios no município de Criciúma, e recolhe o ISSQN para a Prefeitura Municipal de Criciúma, seguindo a legislação do município.

Conforme Lei Complementar nº 35, de 29 de dezembro de 2004 do município de Criciúma, serviços advocatícios são tributados com ISSQN sobre 2% dos serviços prestados.

A tabela abaixo apresenta o valor de serviços mensais prestados no ano calendário de 2014 pelo Escritório XX Advogados LTDA, demonstrando o cálculo de ISSQN recolhido mensal.

Tabela 8 – Cálculo ISSQN Sobre Serviços Prestado no ano de 2014.

| ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza |               |               |               |               |               |                 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|
| PERÍODO   | Janeiro       | Fevereiro     | Março         | Abril         | Maior         | Junho           |
| Serviços Prestados                                  | 26.386,00     | 28.757,00     | 27.969,30     | 29.777,65     | 33.988,55     | 29.055,65       |
| Aliquota ISS - Município de Criciúma                | 2%            | 2%            | 2%            | 2%            | 2%            | 2%              |
| <b>TOTAL ISS A RECOLHER N/MÊS</b>                   | <b>527,72</b> | <b>575,14</b> | <b>559,39</b> | <b>595,55</b> | <b>679,77</b> | <b>581,11</b>   |
| PERÍODO   | Julho         | Agosto        | Setembro      | Outubro       | Novembro      | Dezembro        |
| Serviços Prestados                                  | 34.902,95     | 28.074,80     | 40.165,68     | 33.563,05     | 29.609,29     | 31.254,70       |
| Aliquota ISS - Município de Criciúma                | 2%            | 2%            | 2%            | 2%            | 2%            | 2%              |
| <b>TOTAL ISS A RECOLHER N/MÊS</b>                   | <b>698,06</b> | <b>561,50</b> | <b>803,31</b> | <b>671,26</b> | <b>592,19</b> | <b>625,09</b>   |
| <b>Total ISS 2014</b>                               |               |               |               |               | <b>R\$</b>    | <b>7.470,09</b> |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

O escritório recolheu no período de janeiro a dezembro de 2014 o montante de R\$ 7.470,09 de ISSQN, correspondendo a 2% sobre as Notas Fiscais de Serviços Prestados no período.

Lembrando, que por se tratar de um imposto municipal, o prazo de recolhimento é estabelecido conforme a legislação no município. Para a prefeitura Municipal de Criciúma, o ISSQN deve ser recolhido até o décimo quinto do mês seguinte aos serviços prestados, não sendo dia útil o vencimento é prorrogado para o dia útil seguinte.

### 3.5 Simulação do cálculo DAS sobre serviços prestados em 2014 pelo escritório XX Advogados LTDA

Conforme já mencionado, a partir de janeiro de 2015 a atividade de serviços advocatícios foi incluída no Simples Nacional com a Lei Complementar 147 de agosto de 2014.

Neste tópico, será demonstrado uma simulação do valor que o escritório estaria sujeito a recolher sobre sua Receita Bruta de 2014 pelo regime de especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições.

Para cálculo do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS, a atividade do simples nacional está enquadrada no Anexo IV, devendo então seguir as alíquotas e faixas de faturamento do mesmo.

Na tabela abaixo, será apresentado à simulação do valor devido, caso o escritório estivesse enquadrado no Simples Nacional em 2014.

Tabela 9 – Simulação cálculo DAS – Serviços Prestado no ano de 2014.

| Simulação Cálculo - DAS Simples Nacional 2014 |               |           |                      |            |                      |
|---|---------------|-----------|----------------------|------------|----------------------|
| Competência                                   | Pret. Serviço |           | Saldo Prest. Serviço | Alíquota   | DAS a Recolher       |
|   |               |           | (Últimos 12 meses)   |            |                      |
| Janeiro                                       | R\$           | 26.386,00 | R\$                  | 26.386,00  | 4,5% R\$ 1.187,37    |
| Fevereiro                                     | R\$           | 28.757,00 | R\$                  | 55.143,00  | 4,5% R\$ 1.294,07    |
| Março   | R\$           | 27.969,30 | R\$                  | 83.112,30  | 4,5% R\$ 1.258,62    |
| Abril   | R\$           | 29.777,65 | R\$                  | 112.889,95 | 4,5% R\$ 1.339,99    |
| Maio  | R\$           | 33.988,55 | R\$                  | 146.878,50 | 4,5% R\$ 1.529,48    |
| Junho   | R\$           | 29.055,65 | R\$                  | 175.934,15 | 4,5% R\$ 1.307,50    |
| Julho   | R\$           | 34.902,95 | R\$                  | 210.837,10 | 6,54% R\$ 2.282,65   |
| Agosto  | R\$           | 28.074,80 | R\$                  | 238.911,90 | 6,54% R\$ 1.836,09   |
| Setembro                                      | R\$           | 40.165,68 | R\$                  | 279.077,58 | 6,54% R\$ 2.626,84   |
| Outubro                                       | R\$           | 33.563,05 | R\$                  | 312.640,63 | 6,54% R\$ 2.195,02   |
| Novembro                                      | R\$           | 29.609,29 | R\$                  | 342.249,92 | 6,54% R\$ 1.936,45   |
| Dezembro                                      | R\$           | 31.254,70 | R\$                  | 373.504,62 | 7,70% R\$ 2.406,61   |
| <b>Total</b>                                  |               |           |                      |            | <b>R\$ 21.200,70</b> |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Observa-se na tabela acima, a aplicação das alíquotas conforme o anexo IV do Simples Nacional, onde nos meses de junho para junho e de novembro para dezembro, houve aumento nas alíquotas, devido à mudança da faixa de faturamento.

As empresas optantes pelo Simples Nacional enquadradas no anexo IV devem recolher a Contribuição Previdenciária por GPS. A tabela abaixo demonstra a simulação do valor que a empresa em estudo recolheria de contribuição previdenciária, se enquadrada ao Simples Nacional no exercício de 2014.

Tabela 10 – Simulação Cálculo INSS 2014 - Simples Nacional

| Mês                    | Salário       | INSS (20%)   | RAT (1%)   | Total INSS s/ Folha  |
|------------------------|---------------|--------------|------------|----------------------|
| Janeiro                | R\$ 10.404,21 | R\$ 2.080,84 | R\$ 104,04 | R\$ 2.184,88         |
| Fevereiro              | R\$ 10.376,56 | R\$ 2.075,31 | R\$ 103,77 | R\$ 2.179,08         |
| Março                  | R\$ 10.896,12 | R\$ 2.179,22 | R\$ 108,96 | R\$ 2.288,19         |
| Abril                  | R\$ 10.632,54 | R\$ 2.126,51 | R\$ 106,33 | R\$ 2.232,83         |
| Maio                   | R\$ 10.798,26 | R\$ 2.159,65 | R\$ 107,98 | R\$ 2.267,63         |
| Junho                  | R\$ 10.563,31 | R\$ 2.112,66 | R\$ 105,63 | R\$ 2.218,30         |
| Julho                  | R\$ 10.578,98 | R\$ 2.115,80 | R\$ 105,79 | R\$ 2.221,59         |
| Agosto                 | R\$ 10.478,32 | R\$ 2.095,66 | R\$ 104,78 | R\$ 2.200,45         |
| Setembro               | R\$ 10.612,84 | R\$ 2.122,57 | R\$ 106,13 | R\$ 2.228,70         |
| Outubro                | R\$ 10.548,58 | R\$ 2.109,72 | R\$ 105,49 | R\$ 2.215,20         |
| Novembro               | R\$ 10.423,39 | R\$ 2.084,68 | R\$ 104,23 | R\$ 2.188,91         |
| Dezembro               | R\$ 10.632,84 | R\$ 2.126,57 | R\$ 106,33 | R\$ 2.232,90         |
| <b>Total INSS 2014</b> |               |              |            | <b>R\$ 26.658,65</b> |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

As atividades enquadradas no anexo IV, que estão sujeitas ao recolhimento da contribuição previdenciária separado do DAS, estão desobrigadas do recolhimento de INSS outras entidades.

### 3.6 Comparativo Simples Nacional x Lucro Presumido

A partir dos cálculos projetados, elaborou-se uma comparação entre as duas formas de tributação abordadas durante esse estudo. A tabela abaixo demonstra esse comparativo.

Tabela 11 – Comparativo Lucro Presumido x Simples Nacional

| Total Impostos - Lucro Presumido |     |           | DAS - Simples Nacional |     |           |
|----------------------------------|-----|-----------|------------------------|-----|-----------|
| IRPJ                             | R\$ | 12.314,91 | DAS                    |     |           |
| CSLL                             | R\$ | 10.762,55 | Documento              |     |           |
| PIS                              | R\$ | 2.427,78  | de arrecadação         | R\$ | 21.200,70 |
| COFINS                           | R\$ | 11.205,14 | Simples                |     |           |
| INSS                             | R\$ | 34.021,51 | Nacional               |     |           |
| ISS                              | R\$ | 7.470,09  | INSS                   | R\$ | 26.658,65 |
| <b>Total</b>                     | R\$ | 78.201,98 | <b>Total</b>           | R\$ | 47.859,35 |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Observando a tabela acima, confirma-se que para a empresa em estudo a opção pelo Simples Nacional traz bons benefícios financeiros a empresa, sendo mais vantajoso.

Sobre a forma de tributação adotada pela empresa em 2014, a mesma recolheu aos cofres públicos R\$ 78.201,99 em impostos devidos pelo Lucro presumido, simulando que a empresa já estivesse enquadrada no Simples Nacional durante esse período, o valor devido reduziria para R\$ 47.859,35, sendo R\$ 21.200,70 pelo documento de arrecadação do Simples Nacional e mais R\$ 26.658,65 de INSS Patronal e RAT sobre folha mensal. Houve uma redução de R\$ 38,80 %, o equivalente a R\$ 30.342,63.

Portanto, no exercício 2015, o qual a empresa XX Advogados LTDA fez a opção pelo Simples Nacional, a mesma vai conseguir otimizar seus resultados com a diminuição da carga tributária.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Planejamento Tributário é uma ferramenta essencial para a sobrevivência das organizações no mercado, consistindo em uma metodologia para se obter um menor ônus fiscal sobre operações com produtos e serviços, de forma lícita.

A Lei Complementar 123 de 2006 que rege o Simples Nacional, unificou alguns tributos federais, estaduais e municipais com recolhimento em GUIA única, além de outros benefícios as Micro e Pequenas Empresas. Com o intuito de aumentar o número de contribuintes beneficiados, foi aprovada para 2015 a LC 147/2014, onde novas atividades foram incluídas nesse regime tributário.

O presente estudo teve por objetivo analisar e demonstrar os benefícios que a inclusão dos serviços advocatícios ao Simples Nacional com a Lei Complementar nº 147 sancionada em agosto de 2014 trouxe a um escritório de advocacia da região de Criciúma. Para atingir este objetivo realizou-se um levantamento dos Impostos e Contribuições pagos pela empresa em 2014, enquanto optante com o Lucro Presumido, comparando com uma simulação de qual o valor a ser recolhido no mesmo período se a empresa estivesse enquadrada a legislação do Simples Nacional e fosse optante por esse regime tributário no período.

Com a realização deste estudo, e a simulação de cálculos, pode-se concluir que a opção menos onerosa em termos tributários para a empresa é o Simples Nacional. Baseado no valor simulado que a empresa recolheria em 2014 se optante pelo regime unificado de apuração de tributos, a mesma teria uma economia de R\$ 38,80 %, o correspondente a R\$ 30.342,63.

Devido as constantes alterações na legislação tributária brasileira, é necessário que os responsáveis pelo departamento fiscal realizem anualmente um planejamento tributário. Estudando e analisando alterações tributárias que possam beneficiar a empresa.

As empresas devem buscar assessoria jurídica e contábil, para desenvolver o planejamento tributário necessário com o intuito de reduzir sua carga tributária de forma lícita, obtendo assim a maximização dos lucros e desenvolvimento de suas atividades.

Na falta de planejamento tributário as empresas se deparam com uma carga tributária para a qual não possuem capacidade financeira para suportar, além de estarem minimizando seus resultados. Com isso, é fundamental que as empresas busquem formas legais de reduzir sua carga tributária oriunda de um sistema tributário oneroso.

Por fim, com o resultado do estudo de caso elaborado, pode-se responder ao problema inicial desta pesquisa, onde para a empresa analisada a inclusão de sua atividade ao Simples Nacional é vantajoso com as condições atuais da empresa e a legislação vigente.



## 5 REFERÊNCIAS

BERNARDES, Adherbal Correa; PEREIRA, Wilson Chamhie, NEVES, Silvério; MACIEL, Amaury. **Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica**. São Paulo: Hamburg Donnelley, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRITO, Hugo. **Processo Tributário**. São Paulo: Atlas, 2004. 477 p.

CHAVES, F.C. **Planejamento tributário na pratica: gestão tributaria aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CTN, Receita Federal do Brasil . **Código Tributário Nacional**, Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/CodTributNaci/ctn.htm/>>. Acesso em 12 Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 18 (1965), de 01 de dezembro de 1965**. Reforma do Sistema Tributário. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc18.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc18.htm)>. Acesso em 16 Abr. 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003, 314 pag.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hirohuki. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática**. 30 ed. São Paulo: IR Publicações, 2005. 551 pag.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira, **Dicionário Jurídico Tributário**. Ed. 03. São Paulo: Dialética, 2000. 255 pag.

KFOURI, Anis junior. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2010. 487 p

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Altera a Legislação Tributária Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 11 Mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.941, de 24 de maio de 2009**. Altera a Legislação Tributária Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 1998. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 11 Mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 147 (2014), de 07 de agosto de 2014**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera

dispositivos das leis nº. 123 de 14 de dezembro de 2006. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp147.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm)>. Acesso em 09 Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 123 (2009), de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das leis nº. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de Julho de julho de 1991, da Consolidação das leis do trabalho – CLT, aprovada pelo decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as leis nº. 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 05 de outubro de 1999. Disponível em:<[Http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123\(2009\).htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123(2009).htm)>. Acesso em 09 Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 139 (2011), de 10 de novembro de 2011.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das leis nº. 123 de 14 de dezembro de 2006. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp139.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm)>. Acesso em 09 Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 35 (2004), de 29 de dezembro de 2004.** Regulamenta Alíquotas de ISSQN de Serviço Prestado do Município de Criciúma. Disponível em:<[http://www.criciuma.sc.gov.br/site/upload/editais/LC\\_035\\_04\\_ISS](http://www.criciuma.sc.gov.br/site/upload/editais/LC_035_04_ISS)>. Acesso em 09 Maio. 2015

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de Direito Tributário.** São Paulo: Saraiva, 1995. 346p.

OLIVEIRA, Luis Martins de. et al. **Manual de Contabilidade Tributária.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 446 p.

PINTO, João Roberto Domingues. **Imposto de Renda, Contribuições Administradas pela Secretaria da Receita Federal e Sistema Simples..** 15. ed. Porto Alegre, 2007, 742 p.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99.** (Decreto nº 3.000, de 26/03/99) - Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

\_\_\_\_\_. **Resolução CGSN nº 50, de 22 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Disponível em:<[Http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2008/CGSN/Resol50.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2008/CGSN/Resol50.htm)> Acesso em: 10 Maio. 2014.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. de et al. **IRPJ e CSLL: Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido**. 3. Ed. São Paulo: IOB, 2009, 525 p.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Agência Sebrae de Notícias**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em 23 Mar. 2015.

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL** – Disponível em: <[www.receita.fazenda.com.br](http://www.receita.fazenda.com.br)>. Acesso em: 15 Maio. 2015.

YOUNG, Lúcia Helena Briski, **Regimes de Tributação Federal**. Ed. 07. Curitiba: Juruá, 2008. 282 pag.